

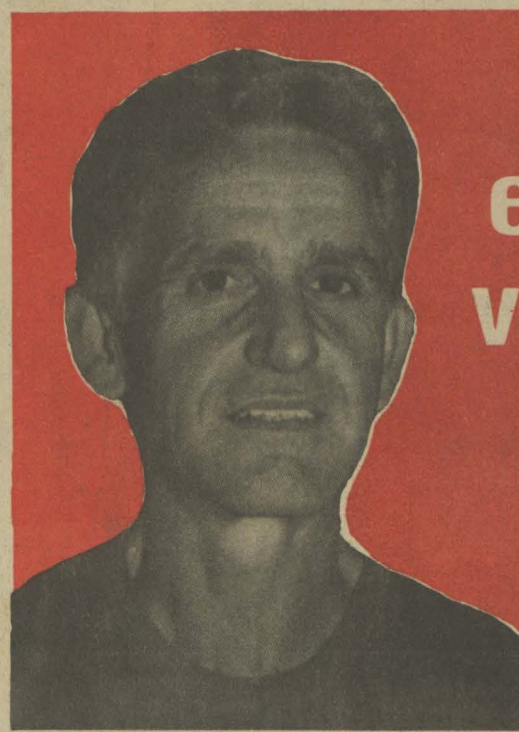
Constituinte

CAIXINHA DE DELFIM FINANCIA A REAÇÃO



O ex-ministro Antônio Delfim Netto tem planos ambiciosos e nada honestos para estas eleições. Além de ser ele próprio candidato à Constituinte, pelo PDS de São Paulo, formou uma caixinha, com "contribuições" de empresários. E pretende financiar com ela a eleição de mais 30 deputados - uma verdadeira bancada delfinista, de ultra-direita.

Página 3.



Aurélio explica a virada de Quércia

Em entrevista à Tribuna o deputado-operário do PC do B afirma que nas fábricas de São Paulo Maluf e Ermírio não têm como emplacar. Página 3

EDITORIAL

Baixo nível

A cada dia revela-se na campanha eleitoral o distanciamento das classes dominantes em relação ao eleitorado. A campanha deveria ser um momento para esclarecer o povo sobre as propostas dos candidatos e, certamente, para denúncias políticas. Particularmente neste ano seria de se esperar um debate de alto nível sobre os rumos do país, a serem traçados pela Assembleia Nacional Constituinte. Mas não é nada disto o que se vê.

Em primeiro lugar a disputa pela sucessão estadual se sobrepõe em toda parte à campanha pela Constituinte. E depois, os ataques pessoais passam a ocupar o lugar do que deveria ser propaganda política.

Em São Paulo, depois das fortes denúncias de trabalho escravo e de poluição e envenenamento de trabalhadores nas fazendas do sr. Paulo Maluf e nas empresas de Ermírio de Moraes, proliferam a indústria dos escândalos na tentativa de desmoralizar o candidato do PMDB, Orestes Quércia. Sem fatos concretos, o grande patrão e o trombadinha se contentam em levantar suspeitas, em insinuar coisas sem nenhuma confirmação.

No Rio de Janeiro as hostes brizolistas optam pela violência. Seu objetivo é intimidar os partidários de Moreira Franco estimulando a pancadaria. Já houve o caso de um comitê do PC do B apedrejado por brizolistas e marginais. Em diversas ocasiões grupos provocadores procuram impedir que peemedebistas e comunistas se dirijam aos trabalhadores.

O anticomunismo também volta à cena, apelando para as mentiras mais grosseiras. No Ceará os coronéis percorrem o interior e, explorando a religiosidade popular, espalham a ridícula notícia de que o candidato do PMDB é comunista e que vai mandar destruir todas as estátuas do padre Cícero. Mesmo em São Paulo, José Maria Marin e Fábio Meireles, do PDS, apelam para o testemunho divino e acusam os

candidatos a senador do PMDB de serem perigosos ateus - quase chegam a dizer que comem crianças. Um candidato a deputado da coligação que apóia Maluf chega a pedir na TV o fechamento do Partido Comunista. O próprio Maluf apela para o ataque aos comunistas como se fossem representantes do demônio. Essa gente, com a maior cara de pau, diz que os comunistas "querem destruir tudo".

Em São Paulo, o empresário Ermírio de Moraes resolveu encenar um teatro. Com muito dinheiro, pagou um anúncio de primeira página nos principais jornais convocando uma passeata dos funcionários de suas empresas como se fosse coisa dos próprios empregados. Na verdade a manifestação representa mais uma demonstração de constrangimento dos trabalhadores. Não vai ser fácil um operário recusar a ordem do chefe de entrar no ônibus, na porta da empresa, para participar desta "manifestação de solidariedade" ao seu patrão.

Na televisão o baixo nível tomou conta. Quando não são os ataques pessoais e as mentiras, ouvem-se os auto-elogios mais desavergonhados e as promessas mais inconsequentes. Paulo Maluf, que governou São Paulo com mão de ferro, e que tratou os movimentos populares na base da violência, defende greves, fala em aumento de salários dos professores, promete qualquer coisa para qualquer um.

Diante de tantas distorções urge um esforço maior ainda das forças progressistas para discutir com o povo e elevar seu nível de consciência. Em particular, estimular o debate das teses para a Constituinte e amarrar o voto em torno destas posições políticas. Nestes poucos dias que restam para as eleições deve-se aguçar a luta entre a campanha política democrática e o esforço do poder econômico de confundir a população com xingamentos e falsas acusações.



1964, 1º de abril: o golpe e a ditadura consagram e institucionalizam o militarismo

O fantasma golpista ao longo da nossa história

Os militares sempre tiveram sede de poder, e a questão deve ser debatida na Constituinte. Pág.5

Razões da revolta dos garimpeiros de Serra Pelada

A "cooperativa" incendiada e a polícia eram parte da máquina de domínio de Curió. Pág.6

Esquema das exportações perde fôlego

O país exporta menos, aumenta a remessa de lucros ao exterior, caem as reservas... fica ainda mais difícil pagar a dívida. Página 4

'Cambalacho' na Ford gera controvérsia

Revoltados com o clima de terror imperante na fábrica do ABC paulista, metalúrgicos fazem a polêmica 'operação cambalacho'. P.7

Empresas que parecem os porões da ditadura

Operários paulistas constatarem que trabalham sem proteção, correndo risco de vida. Pág.10

Machel: a morte na África do Sul

A morte no último dia 19, do ex-presidente de Moçambique, Samora Machel - num acidente aéreo em território sul-africano, cujas circunstâncias ainda não estão totalmente esclarecidas - abre um perigoso claro na vida política do país, em um momento de grave crise econômica e cerco feroz de grupos contrarrevolucionários financiados pela África do Sul.

A vida de Samora Machel está intimamente ligada à história recente de Moçambique, à libertação do colonialismo português e à difícil reconstrução do país. Machel integrou-se à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) desde sua fundação, em 1963, e foi seu dirigente máximo a partir de 1969, com o assassinato de Eduardo Mondlane.

INDEPENDÊNCIA

Depois de mais de dez anos de luta contra Portugal, Moçambique conquistou em 1975 a independência, fruto de um acordo com o governo democrático português surgido da Revolução dos Cravos. A Frelimo assumiu o poder e Machel herdou um país economicamente atrasado e politicamente cercado por vizinhos hostis: África do Sul e Rodésia (hoje Zimbábwe).

Nos primeiros anos, sob pressão econômica do Ocidente e enfrentando a brusca retirada de técnicos portugueses, Moçambique procurou relações com o bloco soviético e com a China, mas também com países como o Brasil. Ao que parece, a orientação era assegurar a independência do país frente às superpotências, mas sempre com um forte engajamento contra o *apartheid* e o colonialismo na África - uma posição que valeu o financiamento sul-africano para o grupo direitista Renamo, que desde então sabota a economia do país.

Onze anos após a independência, Moçambique ainda enfrenta graves dificuldades econômicas. Seu PIB de 2,9 bilhões de dólares e sua renda *per capita* de 220 dólares anuais estão entre os mais baixos do mundo. As secas que assolaram o país entre 1982 e 84 deixaram um saldo de 4 milhões de famintos e hoje os moçambicanos recebem do exterior o terceiro maior volume de ajuda financeira, atrás apenas da



Um antigo guerrilheiro oferece sua arma, recuperada, a Samora Machel; os destroços do avião caído na África do Sul

Etiópia e Zaire. No plano militar, o país não conseguiu debelar a ação da Renamo, financiada e apoiada abertamente pela África do Sul e pela extrema direita norte-americana.

CONTRADIÇÕES

A Frelimo seguiu desde 1975 rumos contraditórios, tendo anunciado o caráter socialista da revolução, a princípio, sem dar no entanto passos mais concretos no sentido de estruturar o país em bases marxistas-leninistas. No campo externo, oscilou entre uma maior aproximação com a China, em determinado período, inclinando-se depois em direção a Moscou.

A partir de 1984, Samora

Machel encabeça uma guinada na política externa de Moçambique. Assina um acordo de não-agressão com a África do Sul, comprometendo-se a não apoiar os guerrilheiros negros do CNA em troca da retirada do apoio sul-africano à Renamo - há pouco dias, o governo de Pretória admitiu que não cumpria a sua parte. No mesmo ano, Moçambique ingressa no FMI e no Banco Mundial. No ano passado, Machel visitou os EUA, procurando obter de Ronald Reagan empréstimos e investimentos norte-americanos.

SUCCESSÃO

Comenta-se que nos últimos anos a Frelimo dividia-se em duas alas, uma inclinada à aproximação

com os soviéticos, liderada pelo número dois do movimento, Marcelino dos Santos; a outra, mais "pragmática" e partidária da abertura ao Ocidente, encabeçada pelo ministro do Exterior, Joaquim Chissano. Exatamente Marcelino e Chissano são os dois principais candi-

datos apontados pelos analistas para a sucessão de Samora Machel. Sua morte, em meio à crise econômica e à ofensiva da guerrilha direitista, pode ter graves consequências para Moçambique e para todo o equilíbrio, político do sul da África. (Sílvio Queiroz)



Perseguição a jornalista nos EUA

Depois de permanecer detida durante cinco dias, a jornalista colombiana Patricia Lara, do jornal "El Tiempo", de Bogotá, foi expulsa dos EUA, no último dia 16, por estar em uma lista negra de suspeitos de "atividades comunistas, terroristas ou subversivas". Patricia - ex-aluna da Universidade de Columbia e que havia sido convidada para assistir à entrega de um prêmio a vários jornalistas latino-americanos - foi detida ao descer do avião, em Nova Iorque.

O jornal "New York Times" protestou contra a prisão de Patricia, perguntando ironicamente se ela era "anarquista, terrorista, se tentava derrubar o governo dos EUA ou era apenas o que diz ser: uma jornalista que escreveu artigos criticando o presidente Reagan", principalmente por sua política na América Central.

A jornalista de "El Tiempo" não foi a primeira pessoa impedida de entrar nos EUA por motivos ideológicos. Segundo a imprensa norte-americana, cerca de dois milhões de pessoas estão fichadas como "indesejáveis" em listas do Departamento de Estado e do Serviço de Imigração estão incluídas também nessas listas pessoas suspeitas de serem criminosos, de homossexualidade ou de serem portadoras de doenças venéreas ou mentais.

O que dá respaldo às autoridades do Serviço de Imigração para expulsar pessoas por suas crenças pessoais ou militância é a lei McCarren-Walters, de 1952, um resquício do macartismo. Gabriel Garcia Marques, Isabel Allende e Grahame Greene são alguns dos mais notórios "suspeitos", proibidos de entrar nos EUA.

Um dos casos mais recentes foi o do professor Choichiro Yatani, professor de psicologia da Universidade de Long Island, que apesar de viver desde 1977 nos EUA, permaneceu preso durante uma semana, em julho passado, após retornar de uma viagem à Holanda, onde foi participar de um congresso acadêmico. Segundo o Departamento de Estado, Yatani não poderia entrar nos EUA porque havia "evidências" de que ele era membro de organizações comunistas japonesas. Segundo o próprio Yatani e seus defensores - que impediram, com uma campanha de protestos, a sua expulsão - fazem parte de seu passado "vermelho" a participação, no Japão, em 1968, em protestos contra a guerra do Vietnã e em manifestações pacifistas.

Haitianos boicotam a farsa da Constituinte

Apenas 5% dos cerca de 3 milhões de eleitores haitianos foram às urnas, no último dia 19, para escolher, entre os 90 candidatos, 41 deputados que, ao lado de 20 "biônicos" indicados pelo governo, vão formar a Assembleia Constituinte, encarregada de elaborar a nova Constituição.

Boicotada pela oposição, que a considerou uma farsa, essa primeira eleição depois da fuga do presidente vitalício Jean-Claude Duvalier (em fevereiro passado) apresentou como candidatos quase que exclusivamente antigos partidários da ditadura.

O próprio presidente do Conselho Nacional de Governo, general Henri Namphy, admitiu, alguns dias antes, que as eleições seriam "um pouco improvisadas", mas as defendeu como "a primeira prática democrática" do povo haitiano, depois de 28 anos de ditadura. A oposição acusa a junta de governo de ter intenção de manipular a nova Constituinte através dos 20 representantes por ela indicados.

Os sindicatos, os partidos e o episcopado acusam a junta cívico-militar, que governa o país desde a fuga de Baby Doc, de nada ter feito para aliviar a miséria do povo, enquanto persistem as mesmas estruturas deixadas pela ditadura Duvalier.

GM cede às pressões e deixa África do Sul

A General Motors, maior produtora de automóveis do mundo, e a IBM, a empresa monopolista de informática, ambas com sede nos Estados Unidos, não vão mais operar na África do Sul. A decisão é fruto das pressões populares, nos EUA e na África do Sul, no sentido de impor o boicote ao governo racista de Pieter Botha. Mas há também causas econômicas: o presidente da GM, Roger Smith, queixou-se da queda dos lucros de sua montadora em Port Elisabeth. E a empresa será passada para um grupo de executivos sul-africanos que trabalham na própria GM. Antes da GM e da IBM, também a Coca-Cola havia se retirado da África do Sul.

GAROTO ENCARCERADO

Ao mesmo tempo a sanha repressiva das autoridades racistas do *apartheid* vai extrapolando todos os limites. Um garoto de 13 anos, Zacharia Makhajane, está preso desde o dia 21 de agosto, em Joanesburgo, sem julgamento, e não será libertado, porque "representa um perigo e uma ameaça à segurança do Estado", segundo o ministro da Lei e da Ordem, Louis Le Grange. Zacharia fazia parte do grêmio estudantil de sua escola e "intimidava os professores". Ele foi preso em sua casa, durante uma batida policial, às cinco horas da manhã.

Guerra de espões entre Casa Branca e Kremlin

É mais uma confirmação do fiasco das conversações entre Reagan e Gorbachev na Finlândia: no último dia 21 os Estados Unidos expulsaram 55 diplomatas soviéticos de suas terras. Antes, a URSS havia ordenado a saída de cinco diplomatas norte-americanos de solo soviético. Em resposta à expulsão dos 55 soviéticos a agência Tass, órgão oficial do Kremlin, anunciou que a "guerra dos espões" vai continuar.

Reagan ataca a droga matando o doente



Ao tempo em que aumenta a repressão sobre os viciados, Reagan diminui a assistência médica

O governo Ronald Reagan tem-se arvorado em baluarte da luta contra o tráfico e consumo de drogas no mundo. No entanto, agora mesmo seu Exército faz uma triste retirada do território boliviano, sem êxitos no objetivo que anunciou de dismantlar a produção e processamento de coca naquele país. Sai com o estigma de ter-se envolvido na política interna da Bolívia e sob a condenação das massas populares latino-americanas. Mas não é só além de suas fronteiras que os governantes dos Estados Unidos fazem estragos. Nos próprios EUA, a política de Reagan no que diz respeito às drogas vem-se mostrando um desastre.

Sem dúvida o problema das drogas é sério nos EUA. Além do drama das vidas perdidas e destruídas por causa dos narcóticos e do álcool, há também a intoxicação das mentes de operários, afastando-os do combate contra a crescente ofensiva capitalista, o racismo e o belicismo. Especialmente entre a juventude, onde o espírito de rebelião se pronuncia mais acentuadamente, o escapismo ilusório das drogas faz vítimas.

Mas a política de Reagan para enfrentar este problema não está baseada no socorro às vítimas, e sim na repressão policial. O que o chefe da Casa Branca pre-

tende é mais política dentro dos EUA, mais polícia nas fronteiras e mais intervenção em outros países pelas forças militares ianques.

REPRESSÃO

A administração Reagan reduziu drasticamente as verbas da previdência e assistência social. No que diz respeito à assistência aos viciados, os cortes do orçamento levaram à diminuição de vagas para muitos que buscam ajuda. Foram eliminados dos registros diários desses centros 85 mil pessoas que abusam de drogas - uma redução de 1/3 da quantidade que podia se tratar década de 1970. Por outro lado, foram duplicados, nos últimos seis anos, os gastos com a execução de leis sobre drogas, ultrapassando os 2 bilhões de dólares ao ano.

Essa repressão não está voltada contra os traficantes. Pelo contrário, John Delorean, um dos mais conhecidos homens do narcotráfico ianque, caminha livremente pelas ruas. Já as pessoas comuns que envolvem-se com drogas são encarceradas. Só no ano passado, aumentou em 15% o número de pessoas detidas devido ao consumo de drogas - no total, 800 mil prisões. Em suma, a política de Reagan de combate às drogas consegue ser um remédio pior do que a doença.

PC do B no Maranhão prepara arrancada final

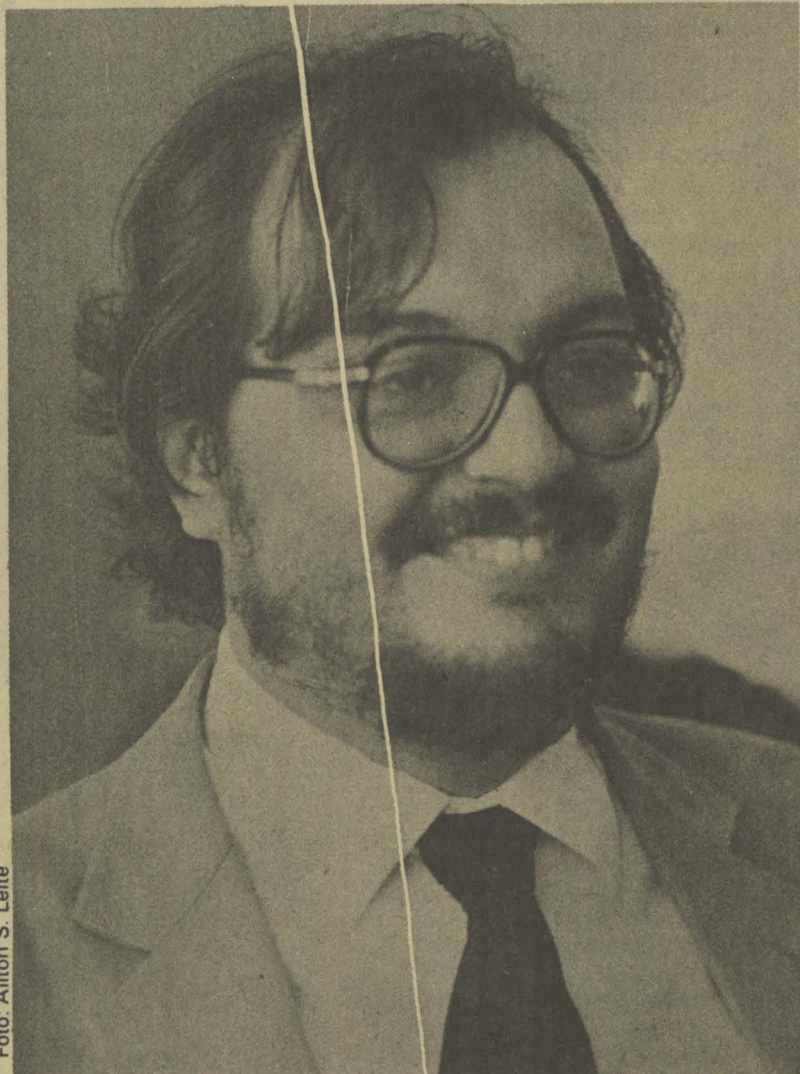
O Diretório Regional do PC do B no Maranhão reuniu, no último dia 15, todos os seus integrantes com dirigentes intermediários e militantes representando todos os municípios onde o partido está implantado. A um mês das eleições, valeu-se o nível da campanha e foram definidas as atitudes principais deste esforço final para garantir o sucesso nas urnas. Estavam presentes os candidatos a deputado estadual pelo PC do B, Bartolomeu e Valter Cezar, e Luiz Pedro, candidato a deputado federal pelo PMDB que conta com o apoio dos comunistas.

"Agora é preciso amarrar o nó de todas aquelas pessoas com quem já conversamos. Vamos novamente visitar todas as casas dos bairros, todos os povoados, todos os canteiros de obras, ensinando a votar e entregando a cédula com o nome dos nossos candidatos". Este foi o espírito que predominou na reunião. Camponeses, operários e estudantes, mulheres e jovens deram depoimentos vibrantes sobre a campanha. Todos foram unânimes em dizer que o nome do candidato a governador pela Aliança Democrática, Epitácio Cafeteira, tem enorme repercussão no meio do povo, confirmando a tendência apontada em todas as pesquisas eleitorais.

A campanha do PC do B está presente em mais de 25 municípios. É uma das poucas campanhas que se mantém atuante mesmo sem a presença direta dos candidatos nas áreas. Diariamente se multiplicam os comícios, as panfletagens de casa em casa, as pichações, a propaganda com os carros de som. É além disto uma campanha marcadamente operária e camponesa.

NO INTERIOR

Dois lavradores sindicalistas, Jacó e Cabecinha falaram sobre a sua caminhada de 12 dias na região da mata no município de Zé Doca: "Esta



Luiz Pedro: conhecido por todo lado

eleição está muito diferente da de 1982 e mesmo da eleição sindical, em que a gente juntava umas 30 pessoas nas reuniões. Agora reunimos 200 camponeses, mulheres e jovens, para saber o que é Constituinte, o que é UDR. O nome de Davi Alves da Silva, deputado pistolero do PDS, está totalmente desmascarado, até crianças sabem quem ele é. Nós falamos para umas 1.500 pessoas e em cada povoado deixamos 2 ou 3 fazendo campanha. O nome do Luiz Pedro é conhecido por todos".

Outro lavrador, do município de São Luís Gonzaga, disse: "O trabalhador rural fica no pé do rádio ouvindo programas do TRE e já tem mais noção e experiência para definir o seu voto. A 'Tribuninha' que denunciou os candidatos da UDR 'lascou' muitos deles que

tentavam esconder do povo que eram grandes latifundiários".

Em Santa Inês, a campanha de Bartolomeu e Luiz Pedro tem surpreendido todas as forças políticas. Expedito, dirigente do PC do B no município, contou que o comitê é um ponto de apoio e referência para os camponeses que chegam dos povoados para ir ao Incra ou encaminhar alguma denúncia. Foram distribuídas 15 mil "Tribuninhas" em todas as casas dos principais bairros, repercutindo enormemente. A população inclusive indica outros nomes de candidatos que deveriam constar na lista da UDR. No dia do grande comício de Cafeteira na cidade, o comitê organizou 300 pessoas com faixas e cartazes, que chegaram em passeata na praça. Já em São Luís a empolga-

ção não é menor. Os programas de TV de Bartolomeu e Luiz Pedro têm tido enorme aceitação. O candidato a deputado estadual do PC do B exigiu o confisco dos bois e denunciou os furos no congelamento dos preços. Ele condenou ainda a repressão da polícia do governador Luiz Rocha sobre os comerciantes que lutavam pelo cumprimento da lei que prevê o fechamento do comércio nos sábados à tarde.

SUCESSO NA TV

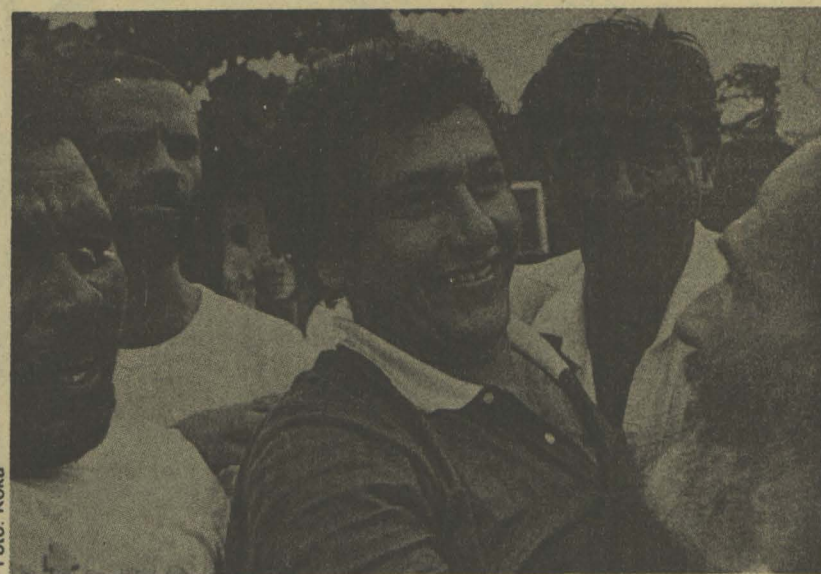
Luiz Pedro, nos seus últimos programas denunciou a presença da Alcoa, a multinacional do alumínio que se instalou em São Luís no governo de João Castelo, como um exemplo da quebra de nossa soberania nacional.

Na Vila Embratel, Anjo da Guarda, Pão de Açúcar e Maiobão, bairros populares de São Luís, está sendo esperada uma votação expressiva para Bartolomeu e Luiz Pedro, que aí estão concentrando seu trabalho.

Na região do Tocantins, municípios de Imperatriz, Porto Franco, Açailândia e João Lisboa, o chamamento de "vote contra a violência" está ajudando a ampliar o apoio a Valter Cezar e Luiz Pedro. As denúncias contra a "máfia tocantina" têm atingido em cheio aqueles que se beneficiavam da impunidade durante o regime militar. No dia 14 de outubro, ameaçaram a vida de Valter Cezar através de um telefonema anônimo. No dia seguinte ele e Luiz Pedro foram para a TV, no horário gratuito, para tornar pública a ameaça e deixar claro que não se atemorizam com o desespero do banditismo.

Nesta arrancada final a palavra de ordem é de mobilização total. Cada militante e cada simpatizante multiplicará seus esforços para levar o modelo de cédula eleitoral ao máximo de eleitores. A mobilização popular e as propostas progressistas apresentadas pelos candidatos comunistas são a chave para uma grande vitória em 15 de novembro.

(da sucursal)



Caetano cumpre as promessas da campanha eleitoral

Caetano processa ex-prefeito corrupto

Durante sua campanha, Luiz Caetano prometeu averiguar minuciosamente irregularidades cometidas pelo então prefeito de Camaçari, Humberto Ellery. Caetano ganhou as eleições e imediatamente passou a apurar os atos ilícitos, as corrupções, a malversação do dinheiro público. Concluído o trabalho entrou com os processos (12 no total) na Justiça e, agora, o homem que comandou o município por 11 anos como representante da ditadura vai sentar no banco dos réus.

Ellery, a serviço do regime militar, deixou em último plano as reivindicações e os legítimos anseios do povo. Com a sua saída da prefeitura, ficou uma herança maldita para a comunidade e para o novo governo democrático-popular. Só de dívida contabilizou-se um rombo de Cz\$ 150 milhões, sem contar as mais de mil contratações e promoções ilegais que fez durante o período de 15 de julho

do ano passado a primeiro de janeiro de 1986.

O juiz Clésio Rômulo Carilho Rosa, da Comarca local, já recebeu a denúncia do promotor Renato Climático do Espírito Santo, por contratações fora do prazo estabelecido por lei. No próximo dia 7 o ex-prefeito será interrogado. Se considerado culpado poderá ser condenado de dois a 12 anos de reclusão. O advogado Jeová de Carvalho acredita que a condenação de Ellery é certa, em função do grande número de provas.

Outra promessa que tem sido cumprida pelo prefeito Luiz Caetano: fazer uma administração transparente, dando totais condições ao povo não apenas de participar, mas de influir nas decisões administrativas. O prefeito tem reiterado em diversas ocasiões que a comunidade deve se mobilizar e se organizar e funcionar também como um agente fiscalizador dos atos do Executivo. (da sucursal)



Manoel Domingos: sempre junto aos trabalhadores rurais

Candidatos do povo têm apoio da Contag

A Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura -, mandou distribuir em todos os municípios do interior do Piauí dezenas de milhares de panfletos, pedindo aos trabalhadores rurais que em 15 de novembro votem em Manoel Domingos para deputado constituinte - PMDB 1504 e para deputado estadual Osmar Araújo - PMDB - 13246. Diz a mensagem da Contag: "Em 15 de novembro próximo estaremos elegendo os membros da Assembléia Nacional Constituinte, deputados estaduais e governadores. Nós trabalhadores rurais temos uma grande responsabilidade nessas eleições. Precisamos votar em candidatos que lutam efetivamente pela reforma agrária. Por isso a Contag apoia no Piauí, Manoel Domingos e

Osmar Araújo. Esses dois sempre lutaram e estiveram junto aos trabalhadores rurais. Não podemos mais eleger quem tem enganado o povo. Precisamos ver os compromissos e o passado dos candidatos. Vamos votar nos candidatos indicados pelo nosso Movimento Sindical".

As candidaturas de Osmar Araújo e deputado estadual e Manoel Domingos à Constituinte, são as únicas apoiadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Piauí. Essas candidaturas e mais a de Modesto Paulino, também à Assembléia Legislativa são as únicas que se destacam do conjunto de candidaturas apresentadas pelos diversos partidos, devido à base popular em que se sustentam, às propostas que defendem, com o apoio do PC do B.

Comunistas fazem comício em Salvador

Mais de 500 pessoas participaram da primeira manifestação de rua convocada exclusivamente pelo PC do B nos últimos 40 anos em Salvador. Foi um comício anti-imperialista, denominado "sou contra", realizado no último dia 21, na Praça da Piedade, no centro da cidade.

Desde as 15 horas a praça ficou toda decorada com grandes painéis, faixas e 60 bandeiras, com as propostas do partido e os nomes dos candidatos. Estiveram presentes delegações dos bairros e estudantes. Entre os discursos foram ouvidas músicas e poesias contra o imperialismo.

Foi muito aplaudida pelo público presente a proposta dos comunistas de suspensão do pagamento da dívida externa. Foi denunciada também a interferência imperialista na

questão da saúde, em particular em relação à mulher. Lídice da Mata, candidata à Constituinte, mostrou como muitas vezes os pobres são utilizados como cobaias para os laboratórios estrangeiros lançarem novos remédios e anticoncepcionais.

Após os pronunciamentos uma passeata saiu pelas ruas em direção à Praça Municipal, onde fica a prefeitura de Salvador, com músicas, fogos de artifício e distribuição de boletins e panfletos. A manifestação foi recebida com carinho e entusiasmo pela população. O ato público foi promovido pelos candidatos do PC do B à Constituinte, Haroldo Lima da Mata e à Assembléia Legislativa, Luís Nova e Javier Alfaya e Vandilson Costa (do PMDB, com apoio do PC do B) (da sucursal)

Dívida: está mais difícil pagar

O "ajuste" da economia brasileira, efetuado nos últimos anos com a finalidade de viabilizar o pagamento da dívida externa, dá hoje novos sinais de fadiga. As exportações caem. Também declina o nível de reservas internacionais do país, enquanto aumenta o volume de recursos que deverão ser enviados ao exterior.

Prevê-se que as contas externas do Brasil serão fechadas no vermelho este ano. Conforme o Banco Central, de janeiro a julho ocorreu uma redução das reservas internacionais disponíveis da ordem de 416,7 milhões de dólares. Com isto o país ficou ainda mais vulnerável.

Em setembro as exportações atingiram o valor de 840 milhões de dólares, 500 milhões a menos que no mesmo mês de 1985. A queda não chega a ser expressiva se for considerado o total acumulado desde janeiro, quando se obteve 9,065 bilhões de dólares mais do que foi gasto com importações. De qualquer forma é improvável que o saldo da balança comercial em 1986 alcance o do ano passado.

SUPERÁVIT MENOR

Dentro da lógica do modelo econômico vigente, a situação agravou-se em consequência do comportamento das multinacionais, que até dezembro deverão remeter ao exterior mais de 1 bilhão de dólares como lucros, ao mesmo tempo em que reduziram drasticamente os investimentos e reinvestimentos no país. A sangria de recursos internos tornou-se maior, demandando o crescimento das exportações.

A desvalorização do cruzado em relação ao dólar foi uma das atitudes adotadas pelo governo para fazer frente ao problema. Mas terá certamente um efeito reduzido. Por isto já



se anunciam novas formas de incentivos às vendas externas.

O desempenho das exportações expressa, antes de mais nada, o esforço gigantesco que se despende para adequar a economia às vicissitudes do pagamento dos juros da dívida externa. Vendemos ao exterior atualmente cerca de 26,4% de tudo que é produzido pelos trabalhadores na indústria e na agricultura, quando em 1979 o percentual era de 13,4%.

AJUSTE INACEITÁVEL

O "ajuste", nunca é demais lembrar, foi feito sob o monitoramento direto do FMI. E significou, assim, o aprofundamento do modelo econômico dependente. Com ele, conforme estima o economista e

ex-ministro Karlos Rishbieter, "perdemos 20% de nossa capacidade de consumo". Aproximadamente 30% da poupança externa gerada no país são abocanhados pelos banqueiros estrangeiros, restringindo os investimentos.

A recessão do início dos anos 80 e a elevação da taxa de inflação foram os mecanismos que viabilizaram o "ajuste", adequando artificialmente a demanda à redução da oferta no mercado interno. No governo Sarney essas condições já estavam dadas, em certa medida.

As novas autoridades, sem coragem para mexer com o esquema de pagamento da dívida externa, julgaram que a

economia já estava razoavelmente ajustada e decidiram instituir o Plano Cruzado, com o congelamento dos preços e o reajuste dos salários pela média. E sob o pressuposto de que seria viável equilibrar a demanda nos novos níveis

Com este entendimento o governo supõe que o povo concordou com o empobrecimento do país e, ainda, que esta é a única e melhor saída para os problemas da economia. A escassez de mercadorias, as greves por melhores salários, entre outras coisas, são fatos que indicam o contrário. Para manter em dia o pagamento dos juros, mesmo as parcas conquistas obtidas até agora estão ameaçadas.

Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O plano furado do sr. Julião

“Nada melhor do que os usineiros para operacionalizar a reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco” - esta é a opinião do famoso Francisco Julião, ex-líder das ligas camponesas, agora candidato a deputado federal pelo PDT. Ele declara abertamente que deseja “fazer a reforma agrária pelo consenso”.

ESMOLA NÃO RESOLVE

O plano de Julião é que cada latifundiário doe um pedaço de suas terras para ser entregue aos camponeses. Ele mesmo afirma que está apelando para a “consciência religiosa dos usineiros”.

Tudo isto não passa de uma imensa falcatura. Para se ter uma idéia, só neste ano, até outubro, o Mirad registrou a morte de 200 pessoas em conflitos de terras - pelas balas dos fuzis e revólveres dos jagunços destes senhores com tão elevada consciência religiosa.

O fato é que a reforma agrária não pode ser resolvida com esmolas. O que está em pauta objetivamente - e não por vontade abstrata de quem quer que seja - é uma alteração profunda na estrutura fundiária do país. Sem liquidar com o latifúndio - e não apenas pedir um pedacinho de terra como contribuição caridosa - não se pode resolver o problema do país.

A luta de classes que se trava em torno do assunto não é pela maldade dos donos de terra ou pela santidade dos camponeses. O problema é que em função da propriedade de grandes extensões de terra, os latifundiários gozam de direitos e privilégios, econômicos, políticos, sociais e culturais inacessíveis à imensa maioria do povo brasileiro. E obviamente os senhores de terra não estão dispostos a abrir mão destas regalias, por mais religiosos que sejam.

Os camponeses por sua vez lutam desesperadamente por um pedaço de chão, não por algum instinto mau ou por ódio cego aos patrões. Ocorre que, sem um mínimo de terra para trabalhar e sustentar a família, eles passam fome e são submetidos a condições sub-humanas de vida e trabalho.

NOVA ESTRUTURA

O plano do sr. Julião no entanto não toca na estrutura da propriedade da terra e não passa de uma tentativa de jogar algumas migalhas para aplacar a intensidade dos conflitos de terras. Mesmo o PNRA, aprovado pelo governo Sarney, visa apenas algumas áreas prioritárias em cada Estado, e passado um ano de sua assinatura ainda não saiu do papel. Os latifundiários recorrem à Justiça ou à bala para impedir a aplicação do plano.

A história de nosso país - e a história em geral - confirma a cada dia que as transformações sociais não se processam pela boa vontade das pessoas. Sem um poderoso movimento popular que quebre as estruturas vigentes e estabeleça novas relações sociais de acordo com o grau de desenvolvimento econômico do país, não é possível fazer avançar a sociedade.

GUINADA À DIREITA

Durante um certo período de sua vida, ainda que com concepções reformistas, o sr. Francisco Julião colocou-se ao lado da mobilização de massas ajudando a formação das ligas camponesas no Nordeste. Hoje este mesmo senhor resolveu fazer o jogo dos poderosos.

Aliás este mesmo movimento para a direita foi também realizado por Leonel Brizola, chefe do PDT ao qual Julião está filiado. No mesmo período das ligas, Brizola gritava a palavra-de-ordem “reforma agrária na lei ou na marra”, que também não correspondia ao nível de luta popular. Hoje, quando a luta pela terra ganha um forte impulso de massas e político em todo o país, os dois fazem um papel de bombeiros. (Rogério Lustosa)

Nos quase cem anos de vida republicana no Brasil, o Exército interveio mais de dezenove vezes na vida política, sobrepondo-se à ordem constitucional. As vésperas da eleição da Assembléia Constituinte, coloca-se na ordem do dia a necessidade de uma reflexão sobre o papel constitucional das Forças Armadas. As definições até agora vigentes, especialmente aquela estabelecida durante o regime militar, não foram suficientes para proteger a democracia brasileira das constantes intervenções militaristas.

O Exército brasileiro formou-se em meados século passado, sob forte inspiração da doutrina positivista de Augusto Comte. Entre outras coisas, o positivismo pregava a imposição à sociedade de uma ditadura da “elite pensante”, organizada, disciplinada - um perfil a que os militares trataram rapidamente de se adaptar.

A proclamação da República, em 1889, foi na verdade um golpe do Exército contra o imperador, resultante de rusgas anteriores entre este e a tropa. A influência militar nos primeiros anos de vida republicana foi marcante: os dois primeiros presidentes foram os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto; o primeiro governo civil, de Prudente de Moraes, assumiu em 1894, sob forte pressão dos quartéis.

Já nestes primeiros anos, os militares violaram mais de uma vez a Constituição para se impor à nação. Intervieram com tropas nos Estados; recusaram-se a acatar determinações do presidente da República, comandante-em-chefe das Forças Armadas. Na própria substituição de Deodoro, que reunificara, por Floriano, a norma constitucional foi violada.

Nas primeiras décadas da República, o Exército ocupou-se, no cenário político, de dirimir disputas entre as diversas facções de oligarquia. Foi com este conteúdo, e refletindo também o sentimento democratizante das camadas médias urbanas, que se sucederam levantes de quartel na década de 20, liderados por jovens oficiais - o que valeu ao movimento o nome de “tenentismo”. As rebeliões dos tenentes voltavam-se fundamentalmente contra o sistema viciado da chamada República Velha, em que se alternavam no governo representantes das oligarquias de São Paulo e Minas - a chamada “política do café com leite” -, sem possibilitar a participação de outras classes sociais e mesmo de outras facções oligárquicas.

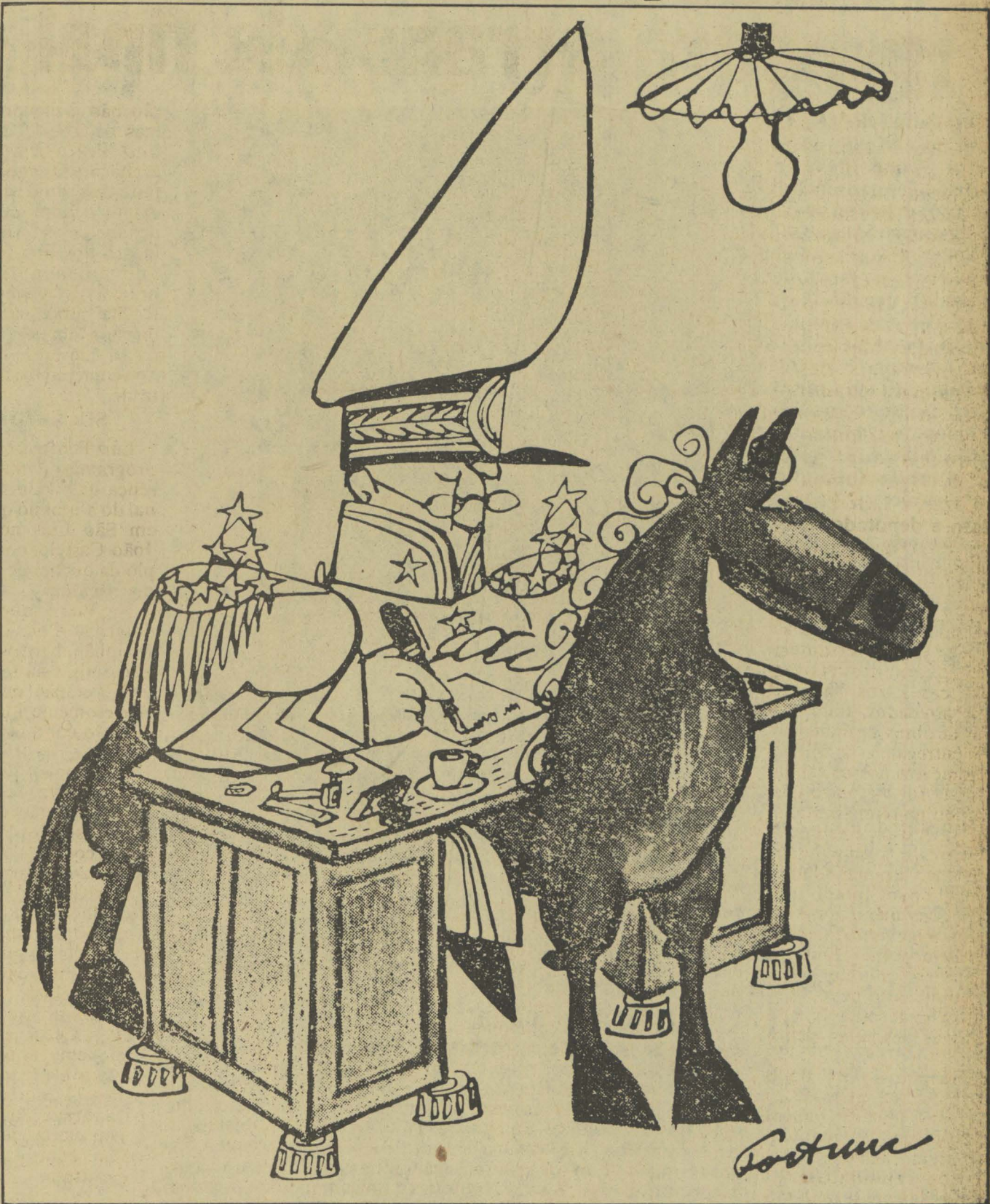
Durante os anos 20 os tenentes ficaram agitados nos quartéis

Em 1922, ocorreu o episódio conhecido como “Os dezoito do forte”, um levante no forte de Copacabana no Rio, dominado pelas tropas federais. Dois anos depois, São Paulo era ocupada pelos tenentes, que a mantiveram por quase um mês sob seu controle, retirando-se então e reunindo-se à coluna que marchava do Rio Grande do Sul, comandada pelo então capitão Luís Carlos Prestes. Forma-se a chamada “Coluna Prestes”, que por três anos percorreu o país enfrentando as forças federais.

O ponto culminante do tenentismo é a revolução de 1930, que encerra o período da República Velha e leva ao poder representantes das oligarquias gaúcha e mineira. A partir daí, os tenentes passam a ter participação direta no poder, sendo muitos deles nomeados para as interventorias nos Estados. Se no período anterior suas ações refletiam em certa medida aspirações democráticas do povo, daí em diante os militares passam a intervir na vida política com um sentido marcadamente antipopular e antidemocrático.

A revolução de 30 produziu certa renovação política no país. Fruto disto, foi convocada em 1934 a Assembléia Constituinte, que incorporou à nova Constituição elementos de democratização. Entre eles, o voto universal e direto para todos os cargos eletivos e a limitação das atribuições das Forças Armadas.

Em 1935, setores democráticos radicais, agrupados na Aliança Nacional Libertadora e aliados ao Partido Comunista do Brasil, promovem uma insurreição de caráter antiimperialista e antilatifundiário. Derrotada a insurreição, abate-se uma onda de repressão que culminaria com a instauração do estado de emergência, em agosto de 1937. O pretexto foi a “descoberta” pelo Exército de um plano elaborado no exterior - o plano Cohen - para estabelecer no Brasil um governo comunista. O plano na verdade fora elaborado pelo então capitão Olímpico Mourão Filho - um oficial integralista que viria a desempenhar papel de relevo no golpe de abril de 64. Em novembro de 37, um golpe



interrompia o processo democrático iniciado em 30 e abria o negro período da ditadura do Estado Novo.

Durante os oito anos do Estado Novo, os militares ampliaram sua presença junto ao poder. Data desta época a formação da oligarquia dos Távora - até hoje influente na política cearense -, inaugurada pelo ex-tenente de 30, Juarez Távora. Outra personalidade marcante do período foi o ministro da Guerra, general Dutra, um integralista que seria mais tarde presidente da República.

O Estado Novo desgastou-se profundamente depois da vitória das forças aliadas sobre o nazi-fascismo, na 2ª Guerra. O movimento democrático assumia proporções amplas e já forçava uma guinada do antigo ditador, Getúlio, em outubro de 45, golpeando o processo democrático que se esboçava e convocando para meses depois a eleição de uma Assembléia Constituinte, brechando a participação popular.

Estreitam-se os laços entre os oficiais do Brasil e dos EUA

O fato é que durante sua participação na 2ª Guerra o Exército brasileiro estreitou seus laços com o norte-americano. Boa parte das operações da FEB na Europa foi dirigida pelos generais dos EUA, que influenciaram decisivamente a formação política e militar dos oficiais da época. A partir de 45, a maioria dos oficiais brasileiros passa por cursos nas escolas militares dos EUA, onde recebe forte influência da doutrina da bipolarização do mundo entre o bloco socialista e o assim chamado “mundo livre”, capitaneado pelos EUA.

O passo decisivo para esta nova fase da intervenção militar na vida política do país é dado em 1949, com a fundação da Escola Superior de Guerra. Dela parte a “doutrina da segurança nacional”, que atribui aos militares a missão de defender o país do “inimigo interno” (o movimento popular e progressista), da “guerra revolucionária” e da “guerra psicológica adversa”.

A ESG forma uma geração de oficiais que, anos mais tarde, irá patrocinar o golpe de 64. Entre os mais destacados estão o marechal Castelo Branco e os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, conhecido nos meios castrenses como a “turma da Sorbonne” - uma referência à universidade de Paris, de grande prestígio intelectual no pós-guerra.

Este grupo de oficiais direitistas irá intervir constantemente no processo político a partir de então. Em 1953, consegue a demissão do ministro do Trabalho do governo Vargas, João Goulart, que autoriza um

aumento de 100% para o defasado salário mínimo. O então coronel Golbery patrocinou um abaixo-assinado conhecido como “manifesto dos coronéis”, que exigia a demissão de Goulart.

Os militares não aceitavam a orientação nacionalista do governo Vargas. Assim, em 54, forjaram um atentado contra o líder undenista Carlos Lacerda, uma das vozes civis dos golpistas, em que morreu um major da Aeronáutica. A força aérea instalou por conta própria um inquérito - a chamada “república do Galeão” -, em que chegou a incriminar o governo no atentado contra Lacerda. Sob iminente ameaça de golpe, Getúlio suicida-se, provocando uma reação popular que obrigou os golpistas a adiarem seus planos.

O exército volta a fazer um “pronunciamento” em 56, quando é eleito o sucessor de Vargas, Juscelino Kubitschek, acusado de ter “ligações com os comunistas”. Pouco anos depois, em 61, os generais “vetam” a investidura na Presidência do vice-presidente João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. Jango consegue retornar ao país depois de uma vigorosa campanha democrática, a “campanha da legalidade”, mas tem de aceitar um compromisso: o Brasil passa a ter regime parlamentarista, a fim de reduzir o poder de intervenção de Jango.

O militarismo brasileiro encontra sua expressão mais acabada no golpe de 64. Os oficiais que vinham desde o pós-guerra fazendo constantes intervenções políticas chegam finalmente ao poder, aplicando em sua plenitude a doutrina da segurança nacional. Generais, almirantes e brigadeiros são colocados nos postos-chave da administração, criando-se o Serviço Nacional de Informações (SNI) e toda uma rede de domínio das Forças Armadas sobre a sociedade.

A partir de 1964 o militarismo fica mais consolidado

Em 1967, os militares outorgam uma Constituição em que se atribuem o papel de “defender a ordem interna contra o inimigo interno”. Dois anos depois, uma Junta Militar acrescentava a esta Constituição uma emenda que assegurava “legitimidade de fato” a todos os atos do “poder revolucionário”. A própria formação da Junta foi um golpe dentro do golpe: impedido por razão de saúde o marechal-presidente Costa e Silva, os chefes militares negam posse a seu vice, o civil Pedro Aleixo.

O final da ditadura militar, em 1985, com a posse de um governo civil e democrático, não extirpou da

vida nacional o militarismo. No fundamental, apesar de inibidas pelo novo momento que vive o país, as estruturas repressivas mantiveram-se intactas. Os ministros militares têm-se pronunciado repetidas vezes sobre os mais diversos assuntos políticos - especialmente condenado a apuração dos crimes e falcaturas cometidos por eles no período anterior - e sobre os movimentos sociais, condenando greves e outras lutas dos trabalhadores.

O militarismo tem raízes profundas na formação econômica e política do Brasil, liga-se à fragilidade das classes dominantes, que sempre recorreram aos quartéis para resolver suas disputas e, principalmente, sufocar o ascenso das forças populares e progressistas. A liquidação do militarismo requer mudanças estruturais nas Forças Armadas, uma redefinição de suas estruturas hierárquicas - algo que deve estar ligado a alterações profundas no sistema político e social.

A Assembléia Constituinte a ser eleita em novembro pode, porém, adotar medidas que contribuam para um maior controle da sociedade sobre as Forças Armadas, que ajudem a proteger do intervencionismo a democracia nascente. Uma iniciativa interessante neste sentido foi o projeto de Lei de Defesa do Estado Democrático, apresentado no início do ano pelo ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra. Entre outras coisas, ele considera crime a conspiração contra o governo constitucional.

As definições imprecisas do papel constitucional das Forças Armadas sempre serviram de pretexto para a intervenção. Ao atribuir-lhes o papel de “guardiãs da ordem interna”. É preciso definir claramente a subordinação do organismo militar ao poder civil, na pessoa do presidente da República, e estabelecer como sua missão a defesa das fronteiras do país contra agressão militar. Outra medida deste conteúdo é a extinção dos ministérios militares, criando em seu lugar o ministério da Defesa, a ser ocupado por militar ou civil, transferindo os assuntos internos das armas para os Estados Maiores.

A inclusão na nova Constituição destas limitações à intervenção política dos militares não virá sem uma árdua batalha política. Basta observar os constantes pronunciamentos dos ministros militares sobre o assunto, advogando até mesmo a redação deste capítulo aos próprios chefes militares. Não significariam, por isso mesmo, a extinção do militarismo, mas dariam sem dúvida uma contribuição razoável à estabilidade democrática do país, permitindo maior liberdade de movimento para as forças populares, não preferido da intromissão militar. (Sylvio Queiroz)

Major Curió por trás da revolta em Serra Pelada

Por detrás do grave acidente no garimpo de Serra Pelada - que provocou a morte de dez garimpeiros - e das provocações policiais que assassinaram a tiros dois trabalhadores, gerando uma grande revolta, está a figura sinistra do deputado *Major Curió*. Às vésperas das eleições o ex-agente do SNI tenta retomar o controle do garimpo através de seus asseclas - como o presidente da Cooperativa dos Garimpeiros, odiado pelos cambalachos praticados contra os trabalhadores.

No início de outubro desabou uma das paredes da cava denominada Pedra Preta, provocando a morte de dez garimpeiros. O acidente era previsto e poderá se repetir em outras áreas da cava, já que a Construtora Brasil, empresa ligada ao *Major Curió*, ao invés de retirar 1,5 milhão de metros cúbicos de terra, retirou apenas 900 mil. Cobrou Cz\$ 66 milhões, fazendo um serviço mal feito e deixando diversas rachaduras nas paredes internas da cava, mesmo sabendo que fortes chuvas cairiam a partir de setembro, como é tradição na região.

Com o estado de tensão criado pelo acidente e a falta de atendimento das reclamações dos garimpeiros, não foi difícil ocorrer a revolta quando policiais e militares assassinaram, no barraco Babilônia, João Edson Ferreira e Domingos Crispim Oliveira. Armados de paus, pedras e, segundo dizem, alguns revólveres, os garimpeiros incendiaram a sede da Cooperativa dos Garimpeiros (Coogar), a Delegacia de Polícia, o alojamento da PM e expulsaram do garimpo os policiais e os asseclas do deputado *Major Curió*.

Na edição 283, na matéria sobre o garimpo de Serra Pelada, a TO já tratava da corrupção, violência e desmandos praticados pela *gang* do deputado *Major Sebastião Curió*, que controla e explora o



Foto: Iugio Koyama

Garimpeiros correm sérios riscos para retirar o ouro

garimpo através da Coogar. Agora, com o grave acidente e o assassinato a sangue frio dos dois garimpeiros, o medo vai cedendo lugar à disposição de luta e repercute na imprensa nacional as denúncias feitas pelos trabalhadores do garimpo e pelo Sindicato dos Garimpeiros de Marabá contra o "dr. Alexandre", alcunha do agente do SNI José Bonifácio Carvalho Silva, levado para lá pelo *Major Curió* desde os tempos da repressão à resistência guerrilheira do Araguaia.

Polícia estadual já saiu do garimpo

Existe uma forte disputa pelo controle do garimpo de Serra Pelada. Uma verdadeira batalha é travada nos bastidores pois, com o recadastramento eleitoral, o garimpo passou a ter 3.800 eleitores que a Coogar pretendia que votassem exclusivamente no *Major Curió*. Isto sem falar nos desvios das riquezas minerais para financiar campanhas milionárias de políticos que vivem enriquecendo às custas da miséria e do sofrimento de mais de 40 mil

garimpeiros.

Diante da revolta havida em Serra Pelada, o governador do Pará, Jader Barbalho, decidiu retirar definitivamente do garimpo a Polícia Militar e a Delegacia de Polícia. Ao mesmo tempo determinou rigorosa apuração dos fatos para identificar os responsáveis e as causas, já que os garimpeiros asseguram que a Coogar, através do "dr. Alexandre", estava articulando a volta do *Major Curió* ao controle da região, pois ele vive marginalizado desde que o governador Jader Barbalho assumiu o governo.

Também o presidente José Sarney determinou que o SNI e a Polícia Federal investiguem minuciosamente os acontecimentos e a realidade do garimpo. Só que não dá para confiar no SNI investigando o que fizeram ou fazem seus próprios elementos, como *Major Sebastião Curió*, "dr. Alexandre" e outros. Melhor seria que o presidente Sarney convocasse o Sindicato dos Garimpeiros de Marabá, junto com uma comissão representativa de garimpeiros, para dizer de viva voz no Planalto como

vivem os garimpeiros e quem é quem na manipulação do garimpo. Afinal, o governo federal, através da Caixa Econômica Federal, do Departamento de Produção Mineral e também o governo do Estado do Pará despejaram lá centenas de milhões de cruzados, dinheiro do povo brasileiro, para assegurar o funcionamento correto do maior garimpo manual do mundo e a maior mina de ouro do Brasil.

As trapagens e chantagens que vinham sendo realizadas pelos dirigentes da Coogar já eram conhecidas. O delegado Lacorte, da Polícia Federal, estava documentando tudo e por isso gozava da estima dos garimpeiros. Mas acabou sendo retirado do garimpo por pressões daqueles que pretendiam continuar impunemente se locupletando às custas do ouro retirado da Serra Pelada, e foi substituído pelo atual delegado, Gilberto Dias.

Ninguém sabe onde foi parar a prata

Segundo denúncias que correm no garimpo, além dos pistoleiros lá acoitados, de elementos com "direitos especiais" por terem servido na caça e assassinato de camponeses e comunistas durante a Guerrilha do Araguaia, o "dr. Alexandre" usava a PM e a Polícia Civil para afastar os garimpeiros das áreas mais ricas, cobrava 50% da produção para assentar novos garimpeiros e diversas outras formas de roubo.

Em seis anos e meio de atividades, a produção controlada de Serra Pelada ultrapassou a casa das 40 toneladas de ouro. Os garimpeiros afirmam que o valor oficial dessa produção passava dos Cz\$ 8 bilhões em julho. Além do ouro extraído, ninguém sabe onde foi parar a prata e o paládio que saem do subsolo agregados ao ouro que era entregue a Coogar e ao comprador oficial, a Caixa Econômica Federal. (Arthur de Paula)

Operários da Sibra querem readmissão de companheiros

Mais de mil trabalhadores da empresa metalúrgica Sibra, localizada no município de Simões Filho, na Bahia, entraram em greve no dia 21, protestando contra a demissão de 18 companheiros. Eles só aceitam retornar ao trabalho depois que os trabalhadores foram readmitidos e que a empresa assinar um compromisso formal de suspensão e outras medidas.

No início da paralisação os operários entraram em confronto com a Tropa de Choque da PM, chamada pela direção da empresa para reprimir o movimento. Vários metalúrgicos ficaram feridos, entre eles o carregador de forno Gonçalves

Bonifácio de Jesus, que foi golpeado com cotoveladas, cassetes e coronhadas de fuzil.

Renildo Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e vice-regional da CGT, responsabilizou a direção da empresa pelo conflito. Estranhou que uma empresa pública esteja empenhada em promover demissões em massa e fomentar a crise social. Acrescentou que a diretoria da empresa trabalha para facilitar sua privatização através da absurda redução do quadro de pessoal, entregando o patrimônio da nação para o capital estrangeiro - notadamente japoneses e argentinos, que atualmente já são acionistas minoritários da Sibra.

Servidor da universidade insiste na equiparação

Mesmo com a possibilidade de encerrar a greve que há semanas a categoria vem mantendo, os 70 mil funcionários de 26 universidades federais não abrem mão de sua reivindicação de equiparação salarial entre os que trabalham em autarquias e fundações e quadro único de cargos e salários. Segundo a presidenta da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra), Vânia Galvão, os funcionários buscarão "novas formas de luta" para alcançar sua reivindicação.

Vânia informou também que a Fasubra pretende propor à Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior e à União Nacional dos Estudantes que, em conjunto com a Fasubra, encaminhem unidas as reivindicações da comunidade universitária em relação à reformulação do ensino superior.

O Ministério da Educação elaborou um anteprojeto de reforma universitária que está sendo alvo de crítica dos vários setores da comunidade.

Tabuada é o presidente dos bancários do Acre

O Sindicato dos Bancários do Acre - o mais jovem da categoria em todo o Brasil - teve no último dia 15 suas primeiras eleições, com um comparecimento maciço: 477 dos 511 trabalhadores aptos a votar. Concorreram duas chapas, expressando posições representadas anteriormente na diretoria da associação pré-sindical. A chapa 1, encabeçada por José Wilson Mendes Leão e identificada com o PT, ficou com 182 votos. Venceu a chapa 2, com 283 votos, levando à presidência do sindicato o bancário Sérgio Rocha Tabuada.

Para Sérgio Tabuada, "os bancários não sufragaram sim-

plesmente a nossa chapa; votaram nos companheiros comprometidos com a unidade do movimento sindical. A eleição derrotou o poderio econômico da CUT, que chegou a enviar assessores de São Paulo ao Acre, além da chapa 1 ter sido apoiada pela direita dentro dos bancos".

Dias depois, durante o fim de semana, a CUT amargou outra derrota junto aos trabalhadores acreanos. Num congresso estadual de professores, com 500 delegados, apenas oito não concordaram com a decisão de filiar sua entidade, a prestigiada Aspac, à CGT. (da sucursal)

Professores e funcionários da PUC/SP encerram a greve

Após quase um mês de greve os professores e funcionários da Universidade Católica de São Paulo (PUC SP) suspenderam o movimento reivindicando abono salarial de 10% em janeiro de 1987 e mais 10% em fevereiro de 1987. A própria reitoria já reconheceu a perda salarial de 44,2%, mas se recusa a atender as reivindicações dos professores e funcionários alegando falta de recursos. Os alunos em assembléia decidiram apoiar a greve na PUC e não pagar as mensalidades enquanto a reitoria não atender os

grevistas.

PUC DE MINAS

Os professores da PUC de Belo Horizonte, depois de 35 dias de greve, decidiram retornar às aulas no dia 20. Eles concordaram em adiar para o primeiro semestre de 87 a realização de um congresso interno da PUC e a criação de uma comissão paritária para elaborar um plano de viabilidade acadêmica e financeira da universidade. A reitoria se comprometeu a pagar os salários vencidos e dar uma antecipação salarial de 8,05%.

Cervejeiros de 3 Estados parados

Os trabalhadores da indústria de cerveja de três Estados entraram em greve nos últimos dias. Os 3.300 empregados da Antarctica, na Moóca, capital paulista, parados desde o dia 17, retornaram ao trabalho na tarde do dia 22, depois que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou a greve ilegal.

O dissídio coletivo dos trabalhadores da indústria de cer-

veja tem data-base em 1º de outubro e eles iniciaram sua campanha salarial reivindicando 57% de aumento, entre produtividade, reposição e correção com base no IPC. As empresas ofereceram apenas 15%. No julgamento do TRT o aumento concedido pelos juízes foi menor ainda, de 12,53%, incluindo a a variação do IPC e uma produtividade de 4%. Os

grevistas também reivindicavam o sábado livre, piso de cinco salários-mínimos, 100% para as horas-extras, redução da jornada de trabalho e estabilidade.

GOIÂNIA E ANÁPOLIS

Desde o dia 20 os 530 funcionários da Antarctica goiana decidiram cruzar os braços, revoltados com os baixos salários e o não cumprimento do acordo coletivo de trabalho. Em Anápolis também entraram em greve acompanhando o movimento que é de caráter nacional.

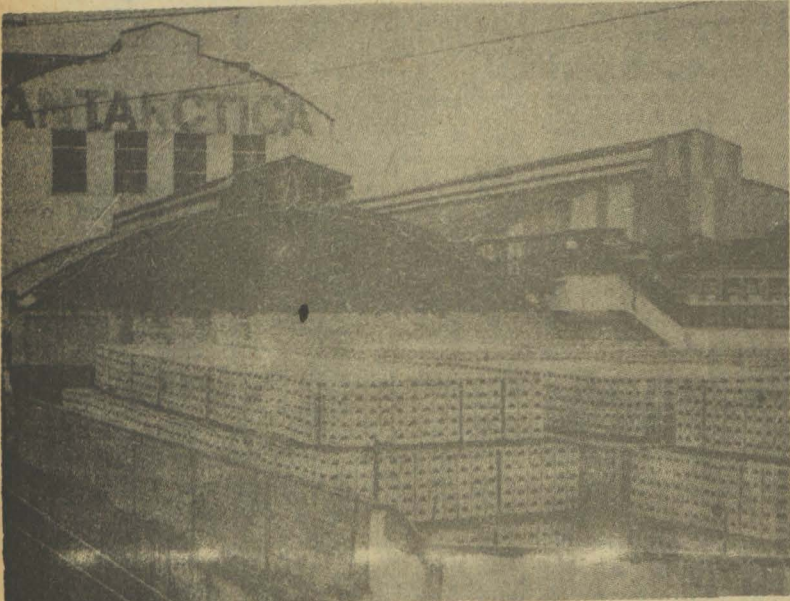
Os trabalhadores das empresas de cervejaria de Goiás estão reivindicando 45% de aumento salarial e 15% a título de produtividade. A categoria reivindica ainda 100% nas horas-extras trabalhadas aos sábados e domingos, 14º salário e aviso prévio de 60 dias. No segundo dia de greve a DRT goiana promoveu uma mesa redonda entre as partes, mas não houve acordo.

A comissão de fábrica da Antarctica informou que os trabalhadores estão indignados com o não cumprimento

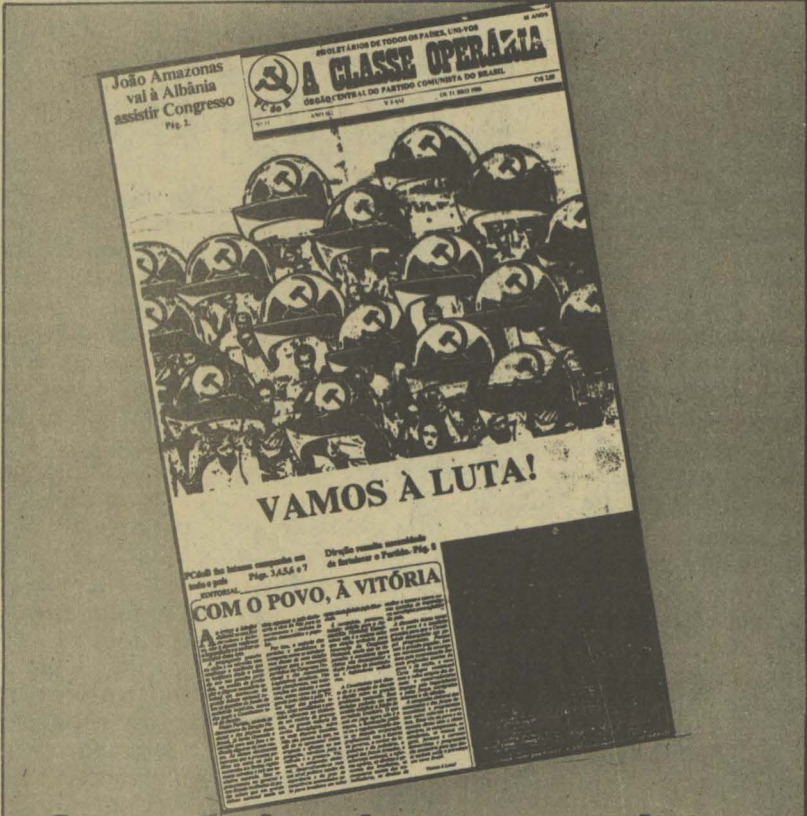
pela empresa de diversas cláusulas firmadas no acordo coletivo de trabalho, entre as quais o corte no fornecimento de refeições e lanches grátis pela manhã, além de assistência odontológica. Segundo os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, a greve atingiu quase a totalidade da empresa e estendeu-se, inclusive, à parte administrativa.

RIO GRANDE DO SUL

Desde o dia 20 os 9 mil trabalhadores das indústrias de cerveja Antarctica e Brahma do Rio Grande do Sul estão em greve. Até o encerramento desta edição haviam fracassado as tentativas de acordo entre as direções dos Sindicatos da Indústria de Cervejas e Bebidas em Geral do Estado e dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, de Porto Alegre. A paralisação é total em Porto Alegre e em mais cinco fábricas do Estado. Enquanto a Antarctica se nega a conceder o aumento pedido pelos grevistas, exige do governo uma "imediata" atualização do preço de seus produtos.



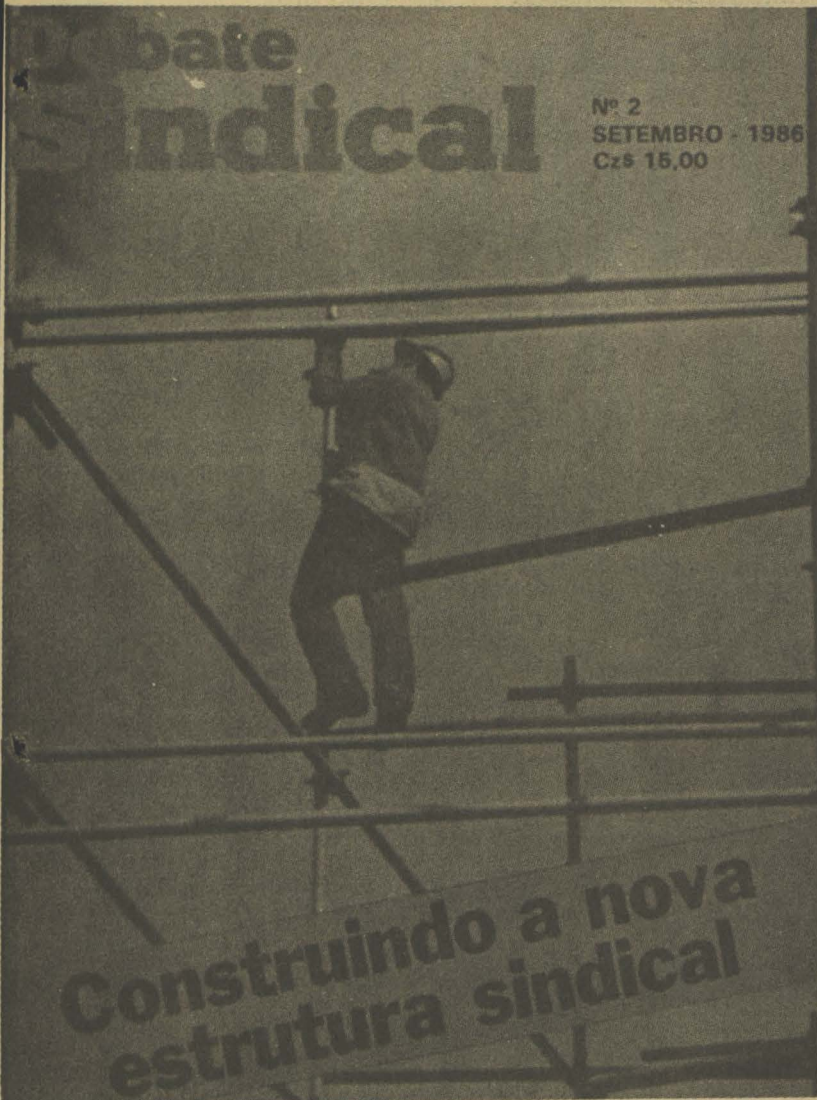
A produção da Antartica da Moóca ficou parada com a greve



Campanha dos comunistas na nova "Classe Operária"

Um apêndice geral da campanha eleitoral dos comunistas em todo o país e a aplicação da concepção leninista de organização revolucionária às condições concretas do Brasil são alguns dos assuntos do nº 11 de "A Classe Operária". O jornal custa apenas Cz\$ 2.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Já está a venda o segundo número de Debate Sindical

Já está à venda o segundo número da revista "Debate Sindical". Editada pelo Centro de Estudos Sindicais (CES) de São Paulo, esta publicação trimestral é especializada na análise dos principais temas do sindicalismo brasileiro. Seu objetivo é aprofundar o debate das questões candentes do movimento trabalhista, polemizar de forma ampla e aberta com as correntes que atuam no meio sindical e fazer o intercâmbio das experiências mais ricas nesse campo.

Na segunda edição "Debate Sindical" traz uma abordagem inicial para a democratização da estrutura sindical no país. Após condenar a legislação em vigor, que atrela os sindicatos ao Estado e impõe o corporativismo e o assistencialismo, apresenta uma proposta que visa tornar o sindicalismo independente, combativo, enraizado nos locais de trabalho, e unitário. Todas as sugestões de mudanças na estrutura são feitas nesse sentido.

Entre outros artigos de interesse para o movimento sindical, a revista também publica um

material inédito sobre os bastidores da Delegacia Regional do Trabalho. O texto é escrito por José Carlos Stein, que durante sete meses dirigiu a DRT de São Paulo e conhece todos os podres desse organismo governamental.

Nas últimas páginas, "Debate Sindical" ainda divulga uma análise crítica da ação dos anarquistas nas primeiras décadas do movimento operário brasileiro. Como destaca o autor, José Carlos Ruiz, o estudo histórico visa tirar as lições do passado do sindicalismo para ajudar na formulação da ação sindical no presente e no futuro.

ADQUIRA SUA COTA

Para facilitar o acesso da revista para os dirigentes e ativistas sindicais, o CES está vendendo cotas de "Debate Sindical". As entidades interessadas devem fazer com urgência seu pedido. O exemplar custa apenas Cz\$ 15 e a cota deve ser pedida ao Centro de Estudos Sindicais, rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, São Paulo, fone 37-7300.



Trabalhadores lutarão por candidatos populares à Constituinte

Congresso de fundação da CGT-GO com 400 delegados

Cerca de 400 delegados, representando entidades rurais e urbanas de todo o Estado, participaram nos dias 11 e 12, em Goiânia, do congresso de fundação da Central dos Trabalhadores de Goiás (CGT-GO). Entre outras resoluções, ficou decidido a participação efetiva dos trabalhadores nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, apoiando candidatos comprometidos com as reivindicações populares.

A eleição dos 18 nomes que compõem a primeira diretoria da CGT-GO foi feita por unanimidade, numa demonstração do clima de unidade que dominou o encontro. A presidência da entidade será exercida pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trindade, Guilherme Pedro Neto. As mulheres ficaram com uma forte representação, participando da direção na proporção de um terço, ou seja, com seis cargos.

A mesa de abertura do Congresso foi coordenada pelo representante da CGT nacional e presidente da Fetag, Divino Goulart. O deputado federal pelo PMDB, Aldo Arantes, candidato à reeleição, também

esteve presente, ao lado de outras lideranças do movimento popular - especialmente da área estudantil.

Os delegados discutiram divididos em grupos as teses sobre "A questão nacional e estadual" e "A questão sindical". A Constituinte foi o ponto central do debate. No que toca à questão sindical, o congresso rejeitou a Convenção 87 da OIT ao mesmo tempo em que se pronunciou por uma legislação que assegure liberdade e autonomia sindical.

Outro ponto que mereceu grande atenção relaciona-se com a luta em favor da reforma agrária, devido especialmente à resistência feroz dos latifundiários goianos a qualquer mudança na estrutura fundiária. Os trabalhadores propuseram a realização de um Dia Nacional de Luta e Mobilização pela aplicação do PNRA e, ainda, pela suspensão do pagamento da dívida externa e defesa das empresas estatais. Na opinião do presidente eleito para a CGT-GO "o encontro foi um marco na luta pela unificação dos trabalhadores urbanos com os trabalhadores rurais em Goiás". (da sucursal)

'Operação cambalacho' na Ford gera controvérsia

A tão alardeada "operação cambalacho", promovida pelos metalúrgicos da Ford do ABC paulista na semana passada, tem gerado enorme controvérsia. Setores do movimento sindical - inclusive do PT - têm criticado a ação, que também é alvo da fúria da burguesia e de sua imprensa. Estes últimos condenam o "vandalismo" dos operários, que danificaram 122 automóveis, mas nada falam da selvageria imperante no interior da fábrica.

A chamada "operação cambalacho" teve início na manhã de quinta-feira, dia 16. Revoltada com o clima de terror na empresa e com a intransigência da multinacional em negociar algumas melhorias, uma parcela de trabalhadores entrou na fábrica disposta a boicotar a produção e causar danos aos produtos. No final da tarde, a Ford anunciava que vários veículos estavam danificados, com fios cortados, pintura riscada e outros estragos. A direção da firma também passou a atacar duramente, sem apresentar provas, o sindicato e "uma minoria" de operários de "vândalos, responsáveis pela ação violenta".

No dia anterior, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo realmente esteve na fábrica. Após romper o rígido bloqueio da segurança interna, ela promoveu uma massiva assembléia dos trabalhadores. Nela ficou visível a indignação dos operários, que estavam em pé de guerra. Mas a assembléia não deliberou nenhuma forma de luta para conquistar as suas principais reivindicações: aumento salarial de 20% e reintegração dos membros da Comissão de Fábrica, afastados em julho.

Percebendo que a revolta estava para explodir, Jair Meneghelli, presidente do sindicato e da CUT, preferiu se omitir de dar direção consequente à luta dos trabalhadores. No final da assembléia, em tom enigmático, disse apenas: "Vocês sabem o que fazer lá dentro". Daí por diante, a direção sindical garante que não teve responsabilidade na danificação dos carros, apesar de "dar todo apoio a ação dos operários".

Líder da CUT diz que ação foi espontânea

Segundo Vicente Paula, vice-presidente da entidade, "a operação cambalacho foi totalmente espontânea, dos trabalhadores da Ford. O sindicato não orientou ninguém a destruir os automóveis, como andam nos acusando". Ele próprio concorda que esta forma de luta é atrasada e dá poucos resultados positivos, "e nós não queremos repetir os erros do passado, não queremos voltar à época dos quebradores de máquinas da Inglaterra".

Mesmo assim, ele não critica a sua utilização no momento. E ainda defende a postura da diretoria do sindicato, que se eximiu de apontar os efeitos negativos da "operação cambalacho" e de dar uma orientação consequente à luta. Reforçando a velha e surrada tese basista da CUT, ele acha que "diante da violência dos patrões, essas ações violentas dos operários são naturais, mesmo que incorretas".

Este comportamento da direção cutista do sindicato causou polémica no meio sindical e político. Inclusive entre os próprios cutistas houve críticas à postura seguidista e espontaneísta. Francisco Weffort, secretário-geral do PT - partido que controla a CUT -, foi enfático na crítica. Para ele, "a operação cambalacho é prejudicial ao movimento operário, à CUT e ao próprio PT".

Em geral, os sindicalistas que criticam a "operação cambalacho" apontam que ela só dá munição aos empresários. Estes têm endurecido no trato com o movimento sindical,



Assembléia na Ford; fábrica vira um inferno, demitindo inclusive operários acidentados

como evidencia o recente manual da Fiesp (ver TO nº 287). Nesse sentido, uma aventura serve de argumento para que os patrões tentem jogar a opinião pública contra todas as lutas trabalhistas, aticem ainda mais a repressão interna e acionem a ação policial.

Esse raciocínio se comprova na prática. Na mesma quinta-feira, a Ford passou a atacar violentamente os metalúrgicos e sua entidade de classe. Acionou a Polícia Federal para averiguar os danos, pediu a intervenção do governo e fez o maior estardalhaço com o ocorrido. O governo, por sua vez, colocou a Polícia Federal em ação e essa já fala em abrir um inquérito contra os "criminosos".

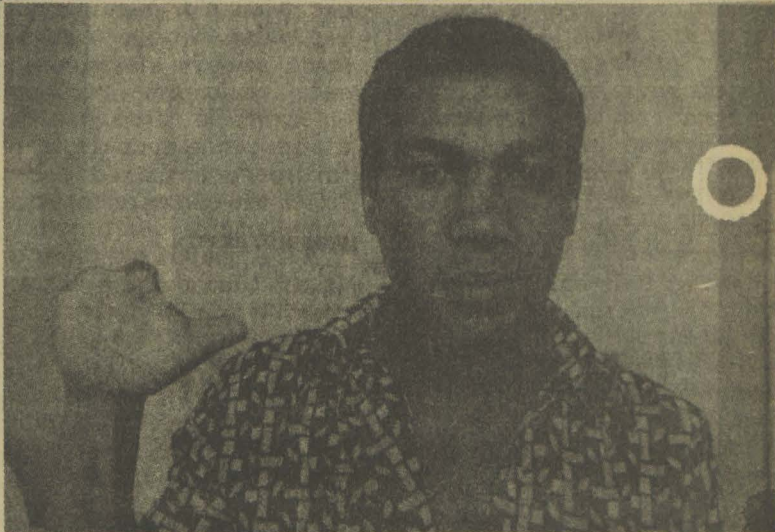
Ford usa o caso para atacar o sindicato

Na verdade, os danos causados pelo "cambalacho" não justificam tanto alarde. A operação só durou um dia. Os prejuízos nos carros danificados inclusive são pequenos. Como explica João Ferreira Passos, o Bagasso, diretor do sindicato e membro da Comissão de Fábrica da Ford, é comum haver estragos em automóveis numa empresa que produz diariamente mais de 400 veículos. "O ritmo intenso de trabalho ocasiona os danos. Nos 14 anos de Ford isso sempre existiu".

Para ele, a multinacional está tentando superdimensionar o caso. "Eles são oportunistas. Querem se aproveitar da revolta dos peões para tocar a população contra a gente. O objetivo deles é destruir o sindicato e a nossa organização interna", afirma Bagasso. Outro operário da Ford, que preferiu não se identificar para evitar represálias, suspeita inclusive que a multinacional orientou as chefias para danificar alguns carros, "para pintar o diabo mais feio do que ele é".

Nesse incidente todo, a Ford tenta se passar por boazinha, "uma firma humana que sofreu uma selvageria". A imprensa burguesa, como não podia deixar de ser, vende essa imagem falsa. Não explica as origens da revolta dos operários, dando impressão que o "cambalacho" foi fruto de uma conspiração radicalóide de sindicalistas. Mas os metalúrgicos protestam contra essa versão. "A violência contra os carros só existiu devido à violência da Ford contra os operários", diz Bagasso.

Uma pequena retrospectiva mostra que a ditadura no interior da fábrica, que sempre existiu, agravou-se nos últimos meses. Principalmente a partir da greve na empresa, de 14 a 24 de julho passado, a multinacional passou a jogar pesado contra os trabalhadores. A paralisação ocorreu em função da reivindicação de aumento salarial. A Ford simplesmente se negou a negociar e apostou no esvaziamento da luta. Posteriormente, passou a atacar com violência. Demitiu de uma



Uma volta ao passado?

Na avaliação crítica que muitos sindicalistas fazem da chamada "operação cambalacho", eles lembram que esta forma de luta é atrasada e ultrapassada. A primeira comparação que surge é com os "quebradores de máquinas" ou "luddistas" do início do movimento operário mundial. Mas, afinal, o que foi o movimento luddista e por que a jovem classe operária logo abandonou esta forma de pressão?

No século XVIII, com a revolução industrial, a Inglaterra viveu um intenso desenvolvimento. Surgiram as grandes fábricas e as novas e produtivas máquinas no país considerado berço do capitalismo. A introdução destas lançou grande contingente de mão-de-obra no desemprego e gerou profunda revolta na jovem classe operária. As máquinas passaram a ser vistas pelos trabalhadores como as causadoras de todas as desgraças.

Nedd Ludd, um operário têxtil, destruiu a oficina da empresa em que trabalhava em 1811. Logo o movimento se generalizou. Seu gesto foi imitado em várias cidades inglesas e chegou até à França. O movimento, batizado de luddista, apavorou a

burguesia num primeiro momento e essa o atacou com ódio. Em 1812, o parlamento inglês aprovou uma lei punindo os quebradores de máquinas com a morte.

Mas logo a classe operária percebeu que a forma de luta era equivocada. Ela não barrava o desenvolvimento industrial, colocava a população contra os trabalhadores, isolava num pequeno grupo os ativistas das fábricas. Mais ainda: ela não atingia o verdadeiro responsável pela exploração, que é o capitalista e não a máquina. O luddismo foi abandonado e começaram a surgir as greves e as primeiras organizações sindicais.

Embora, na sua história, o luddismo tenha sido uma forma de luta da classe operária na Inglaterra, aborda a questão e conclui: "Esta forma de oposição não existia senão isolada, limitada a certas localidades e não visava senão um só aspecto do regime atual. Atingido o fim imediato, o poder da sociedade recaía com toda a sua violência sobre os recalcitrantes sem defesa e castigava-os como queria, enquanto continuava a introduzir as máquinas".

vez só 204 trabalhadores. Entre eles estavam pessoas que só esperavam mais sete meses de trabalho para se aposentar, vários operários com doenças profissionais e acidentados.

Yumário, 41 anos de idade, prentista da empresa desde 1970, foi uma das vítimas da selvageria patronal. Em 1981 ele sofreu um acidente grave na prensa do setor de estampanaria. Sua mão direita foi inutilizada. Tendo garantida sua estabilidade, foi trabalhar no almoxarifado da estampanaria. Após a greve, a Ford resolveu mostrar seu ódio de classe. Yumário, pai de seis filhos, pagando prestação do BNH, foi demitido por "justa causa", ficando condenado ao desemprego pelo resto da vida.

Selvageria da empresa gerou forte revolta

Na ocasião a multinacional também atacou duramente a organização interna dos trabalhadores. Além de demitir as principais lideranças sindicais e quatro cineiros (que por lei

gozam de estabilidade), ainda suspendeu os três diretores do sindicato que trabalhavam na fábrica e os 28 membros da Comissão de Fábrica. Este organismo era o mais importante patrimônio de luta dos operários. Foi conquistado em 1981, a duras penas.

Após se desfazer das lideranças sindicais e debilitar a organização interna dos operários, a Ford se transformou num "campo de concentração" - na expressão dos próprios trabalhadores. O ritmo de trabalho se intensificou ao máximo. Na funilaria, por exemplo, houve um acréscimo de até 40% na quantidade produzida por dia; a linha "Respost" teve seu tempo reduzido de 1 minuto para 48 segundos.

Além disso, as chefias - que eram contidas na sua ação truculenta pela vigilância da Comissão de Fábrica - voltaram a pôr as garras de fora.

"A situação no interior da fábrica é insustentável", garante Bagasso. Segundo o sindicato, mais de 3 mil funcionários já pediram para ser mandados embora. No tom de desabafo, Bagasso protesta: "Isso a imprensa burguesa não fala e foi exatamente esse clima de terror que levou os trabalhadores a promoverem a operação cambalacho" (Altamiro Borges)

**NÃO DÊ SEU
VOTO
A ESSE
PARASITA**



Sorocaba x "Ratuf"

O sr. Paulo Salim Maluf não foi "bem-vindo" em Sorocaba quando aqui veio fazer sua propaganda eleitoral. Na sexta-feira, dia 17 de outubro, ele chegou em nossa cidade às 9 hs da manhã, acompanhado de seus capangas. Foi visitar o bairro Feira da Árvore Grande e teve o azar de se deparar com militantes do PC do B que distribuíam um folheto sobre o "Ratuf". Seus capangas tentaram ficar com os folhetos, mas os militantes do partido e populares que ali passavam começaram a gritar dizendo que iam chamar a polícia. O pessoal gritava em coro diversos slogans contra o ex-governador biônico.

Em seguida ele foi fazer sua propaganda em filas de

carne no Mercado Municipal. Espontaneamente o povo começou a gritar: "Prende o Maluf, solta o boi". Alguém jogou um balde cheio de água no candidato, que também recebeu alguns ovos na roupa.

Procurando se livrar dos populares, ele foi trocar de roupa na casa de um seu correligionário, o candidato a deputado federal Chasic, também do PDS. Em seguida foi visitar o bairro de Laranjeiras, de casa em casa. Mas ninguém abriu a porta para receber sua propaganda. Enquanto isso um carro do som do PC do B corria as ruas da cidade avisando que o ex-governador estava em Sorocaba, provocando diversas reações de repúdio da população. No

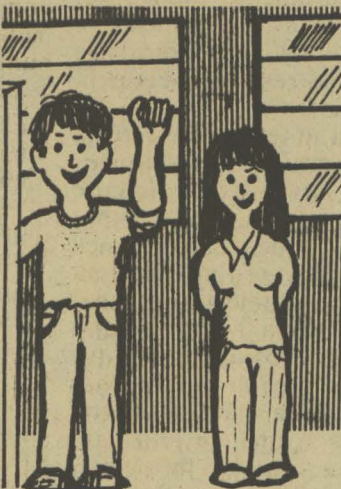
próprio bairro de Laranjeiras, uma perua lotada de crianças e mulheres foi procurá-lo "para ajustar as contas com o Ratuf".

Escorraçado, Maluf dirigiu-se a outro bairro popular, a Vila Zacarias, onde também não conseguiu fazer sua propaganda.

Na Praça da Catedral, centro da cidade, ele tentou fazer um comício mas foi impedido de falar pelos populares. Ele tentou entrar numa rua comercial, onde foi recebido novamente com água e ovos. Ai ele desistiu e foi embora, declarando à imprensa que não tinha falado "porque estava com dor de garganta"... Em resumo, Sorocaba repudia Maluf. (Tribuna de Sorocaba, São Paulo)

Povo fica com Arraes até de madrugada

No dia 14 de setembro, em Ouro Preto, Olinda, Pernambuco, a partir das 20 horas, um grande número de pessoas se concentrou em frente aos estúdios da Rede Globo, com faixas, cartazes, som, batucada e aparelho de televisão, para dar apoio ao candidato popular, o candidato da esperança, Miguel Arraes. O programa foi assistido com muito entusiasmo e vibração e durante todo o tempo a massa aplaudia ou viajava, mesmo diante do aparelho de televisão. Durante o debate, Arraes colocou que o embate se dá entre as forças reacionárias, atrasadas, contra o progresso, e as forças progressistas. Colocou que para derrotar as forças atrasadas é necessária unidade e união de todo o povo. Apesar da chuva que caiu durante o debate todo, não deu para amolecer a esperança de mudanças que o povo pernambucano tanto anseia. A turma ficou firme até as duas horas da madrugada. (Comitê Popular de Ouro Preto - Olinda, Pernambuco)



"Vote PC do B e viva o dia da criança!"

Nós temos uma grande meta, que é a Assembleia Nacional Constituinte. E o PC do B já tem os nossos candidatos daqui à Constituinte e a deputado estadual. Vote nos candidatos do PC do B: Marcelo Toledo, Adonis Bernardes, Aldo Rebelo, Benedito Cintra. E lembre-se: Maluf nunca mais. Lutamos por uma Constituinte livre e soberana. Uma Constituinte do povo. Uma Constituição que nos livre desses exploradores que sugam a última gota de suor do trabalhador brasileiro.

É por isso que queremos tirar de nossa Constituição esses patrões de boi e gente. Eu digo e repito sempre: vote nos candidatos do PC do B. E viva o dia da criança! (Cláudio Batista de Brito, 10 anos de idade, no dia 12 de outubro - Santo André, São Paulo)

Flor de outono

Germina semente
Vem ver a nascente
Que o sol quer te ver
Grita semente
Quero viver, quero viver

Levanta semente
Vem sentir o que é a vida

Rompe o solo duro
E deixa de ser mal assistida.

Vem ouvir os sons
bravos
E sentir a briza na areia
Vem ver as maravilhas
Da bela mãe natureza.

Rola pedra dura
Que é posta em cima
Deixa o coração flutuar
Nos poemas da vida.

Tu fostes semente
Tu és flor
Tu és mulher
Grita semente
Quero viver, quero viver
Deixando o quartel.

(F.W., metalúrgico - Curitiba, Paraná)

Nesta edição, duas cartas se referem ao impopularíssimo candidato do PDS ao governo paulista, sr. Paulo Salim Maluf. Uma delas relata a exploração patronal numa das empresas malufianas, a Eucatex de Baureri - e, de passagem, informa que o esgoto desta fábrica é despejado no rio Pinheiros, desmanchando as promessas malufianas de "salvamento" daquele curso d'água. A outra, de Sorocaba, mostra a acolhida que o candidato teve na cidade, por parte de um povo que é simples mas não é bobo.

Não por acaso a caricatura do "Ratuf" é um dos grandes sucessos da campanha eleitoral deste ano em São Paulo. Ela espelha com realismo a alma do candidato da direita, que nossos leitores ajudam a desnudar.



fala o POVO

Abílio Diniz explora os trabalhadores da Well's

Sou um pai de família com esposa e filhos. Trabalho numa das empresas do poderoso Abílio Diniz, um dos principais boicotadores do congelamento de preços e que em São Paulo está vendendo carne podre para o povo. Trabalho na Well's como cozinheiro "B". Ganho um mísero salário de Cz\$ 1.200. Como eu, e até em pior situação, existem 1.200 funcionários da Well's em Salvador, entre cozinheiros, ajudantes de cozinha, pastisheiros, lancheiros, auxiliares, copeiras etc. A maioria ganha pouco mais que um salário mínimo. Trabalhamos nas piores condições, em cozinhas onde o calor é insuportável, muitas vezes com o piso alagado e escorregadio.

sujeitos a gerentes e chefes que são verdadeiros feitores de escravos.

Sofremos constantes acidentes de trabalho mas não temos CIPA. Exigem da gente boa aparência e no entanto ratos e baratas convivem entre os alimentos que usamos, tanto para as refeições dos clientes como as nossas. Não há plano de cargos e salários, o que faz com que as promoções, quando existem, dependam da boa vontade dos supervisores e gerentes. As copeiras são discriminadas e vítimas de cantadas por parte dos chefes. As demissões são constantes e por qualquer coisa. A diretoria do nosso sindicato é

omissa. Não reivindica melhores condições de salário e trabalho para a categoria.

Nós não podemos mais aguentar a exploração da Well's, enquanto esta enriquece cada vez mais o grupo Abílio Diniz. Por isso estamos nos unindo para lutar por: piso salarial decente, 30% de aumento real já, CIPA com participação dos empregados, pelo plano de cargos e salários, pelo pagamento de periculosidade e insalubridade, principalmente no Pólo e hospitais, e pelo calçado gratuito. (Um grupo de funcionários da Well's - Salvador, Bahia)

Espoliação malufista na Eucatex de Barueri

Segue para vocês um jornalzinho do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (veja ao lado), denunciando uma das muitas arbitrariedades que acontecem na Eucatex de Barueri. Se o

povo soubesse pelo menos de um terço do que acontece lá, jamais votaria no corrupto e ladrão Paulo Maluf.

Os funcionários são obrigados a fazer horas

extras todos os dias e também aos sábados. Isto porque nos últimos meses a produção aumentou em 100%. Também começou a funcionar há quase um mês o turno da noite.

Os funcionários são tratados como verdadeiros escravos e ultimamente estão sendo coagidos a votar no senhor Maluf, sob pena de demissão.

Na fábrica existe um engenheiro de produção, senhor Dante, que trata os funcionários como escravos. Grita com eles e os proíbe até de ir ao banheiro.

O esgoto de toda a fábrica é acumulado em um reservatório, e em seguida é jogado no rio Tietê. É esta a firma de um candidato ao governo de São Paulo!

Deixo de me identificar por uma questão de força maior.

(Um operário de Barueri, São Paulo)

é o Alves ou Fala-Fino Puxa-Saco como é conhecido pelos companheiros da segurança. E tem mais o sargento Eulân timer chegou até proibir alguns colegas de jantar, negando que teriam lanche (pa e queijo). Te cuida salafrá.

PRESSÃO NA EMPRESA DO MALUF

Os companheiros que trabalham na empresa do Maluf, a Eucatex, em Barueri, têm sido demasiadamente pressionados pela chefia. No setor de pintura, os chefes Balduino e Alvino chegam até a jogar fora o lanche dos companheiros, além de ficarem perseguindo o pessoal. Já o chefe geral, Antonio Ferrelira, fica exigindo mais produção e não deixa ninguém conversar. Ferrelira, a escravidão já acabou.

SANDUÍCHE PARECE PIADA NA BRASEIXOS

Sensacional lançamento da Cantina da

Estudantes de Canoas: Não queremos grêmios atrelados

Em clima de grande entusiasmo e demonstrando o amadurecimento dos estudantes para a discussão dos problemas educacionais e da sociedade brasileira, realizou-se o 2º Congresso da União Canoense dos Estudantes - UCE. A participação dos estudantes na Constituinte, com suas reivindicações específicas e gerais, foi o ponto principal das discussões. O programa de lutas da UBES foi adaptado para Canoas. Decidimos dar continuidade também no encaminhamento do abaixo-assinado pela manutenção do congelamento dos preços. E iniciar uma campanha para conquistar um auditório público municipal.

A principal decisão do congresso foi em relação à Lei Aldo Arantes. A SEC-DE (Delegacia do Ensino) e as diretorias das escolas não querem que os grêmios se tornem livres e impõem aos estudantes a aplicação da antidemocrática e fascista Norma 015, que regulamenta a organização dos



"União e Luta", agora à frente da entidade canoense

estudantes em grêmios atrelados, sem autonomia. Por isso serão efetuadas reuniões e palestras para divulgar a lei e criar os grêmios livres, que são a base de um movimento estudantil forte, democrático, progressista e vinculado às lutas do povo.

Duas chapas disputaram no congresso a eleição para a diretoria da UCE: "Novo Alicerce" (ligada ao PT) e "União e Luta". Foi eleita a "União e Luta", liderada pelos estudantes Carlos Geovani, o Silêncio, Lucia-

no Kunz e Milton Amador. Na semana seguinte, esteve em Canoas o presidente da UBES, Rovilson Britto, com o projeto "UBES Presente", o que muito contribui para o aumento da consciência do movimento estudantil. Seguindo o exemplo, a UCE lançou o projeto "UCE Presente", a fim de discutir os problemas estudantis em todas as escolas e enraizar o trabalho da entidade. (Um amigo da Tribuna - Canoas, Rio Grande do Sul)



A chapa de Deoclécio venceu logo no primeiro turno

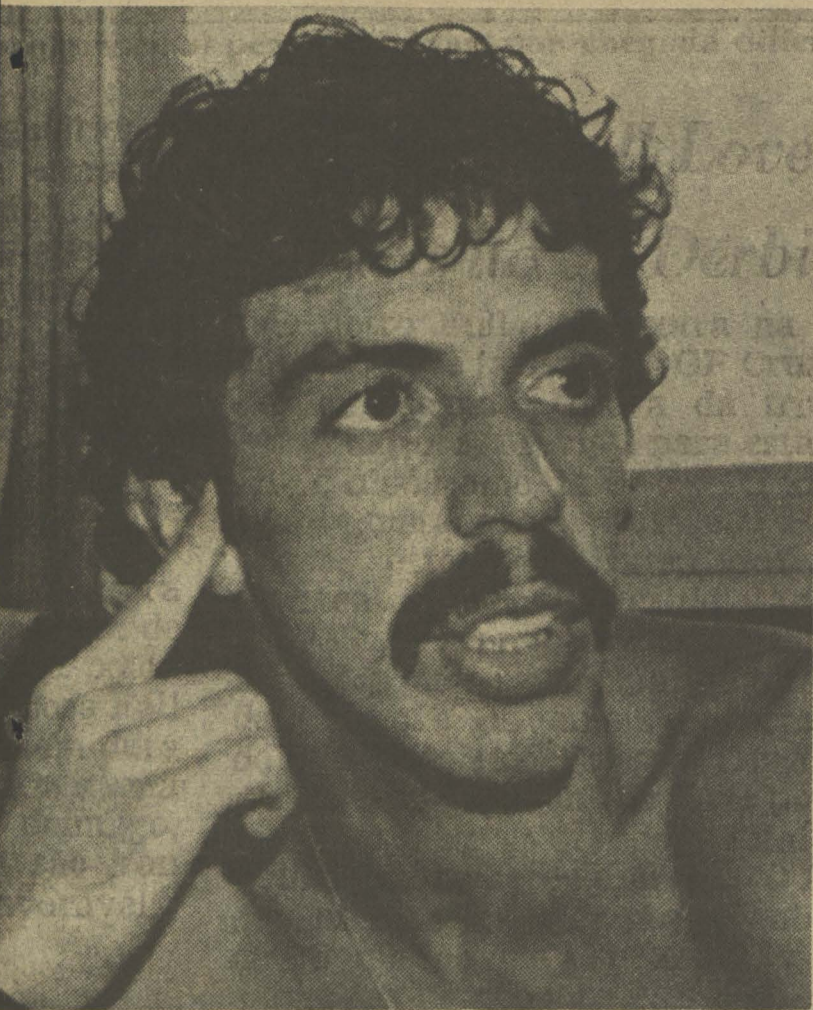
Comerciários de Caxias renovaram seu sindicato

Realizou-se nos dias 7, 8 e 9 a eleição da nova diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio de Caxias do Sul, uma categoria que compreende 8 mil trabalhadores. Foi a primeira vez na história das eleições sindicais na cidade que uma chapa de oposição atinge quórum e vence a eleição no primeiro turno, e com larga margem de votos. Das sete urnas, a chapa 1 venceu em seis. Esta chapa, "Integração e Luta", encabeçada por Deoclécio da Silva, teve 1.006 votos. Enquanto que a chapa 2, "Hora de Mudar" (mas apoiada pelos pelegos) obteve 729 votos.

Deoclécio da Silva, presidente eleito, disse que depois de quase 20 anos de imobilismo e empreguismo o sindicato passou por mudanças profundas. E relatou: "Em 1983, participamos ativamente da campanha da chapa 'Oposição Comerciária' e apresentamos uma lista de

de mudança e fomos eleitos. Ocorre que a pessoa indicada para a presidência na época, Odete Rodrigues, manteve uma linguagem avançada mas depois traiu a categoria, tornou-se uma presidenta sem disposição de luta, fazendo um sindicalismo de gabinete. Passou a usar as pessoas como patamar para sua autopromoção. Não concordamos com tal procedimento, mas em prol dos interesses dos comerciários procuramos seguir os nossos compromissos até o final do mandato. E a chapa "Integração e Luta" nasceu da conscientização da maioria. Temos agora a difícil e nobre missão de lutar efetivamente pelos interesses e direitos da categoria. Não faremos sindicalismo por personalismo, ânsia de poder ou para defender interesses ocultos. Lutaremos irrestritamente e incondicionalmente por mudanças, democracia e unidade da categoria comerciária". (Tribuna de Caxias do Sul, 01/11/86)

Fundação Maurício Grabois



Willian: reivindicando mudanças no calendário do vôlei

Maratona leva o vôlei à exaustão

O voleibol foi capturado pela roda viva do profissionalismo que começa a expor as primeira fissuras que a nova estrutura não consegue corrigir. Jogadores e técnicos reclamam do excesso de jogos e ausência de folga entre os numerosos torneios que compõem a temporada.

O vôlei brasileiro progrediu de forma alucinante nos últimos anos. Do amadorismo pleno, passou a disputar a popularidade com o futebol no curto prazo de meia década. Tudo por força de um bem montado plano publicitário e da impressionante evolução técnica dos atletas. Para ficar em poucos exemplos, basta citar o recorde mundial de público para a apresentação esportiva amadora que o Brasil registrou na partida jogada contra a União Soviética no Maracanã em 1983. E também o reconhecimento internacional de que ninguém supera o Brasil no fundamento de saques e ataque.

Carlos Luzman, presidente da Confederação Brasileira de Vôlei desde 1978, baba na gravata de vaidade quando menciona tais progressos. Cita com orgulho os investimentos bilionários de empresas como a Pirelli, Supergasbrás, Bradesco e Transbrasil passaram a desviar para o vôlei a partir de sua "gerência exemplar" da CBV.

Mas os atletas, mesmo concordando com as supostas melhorias que lhes proporcionam os bons contratos dos clubes e invejáveis rendas através do patrocínio publicitário, já dão os primeiros sinais de fadiga com a estrutura "modernizada" do vôlei. William, levantador da Pirelli e capitão da seleção brasileira, acha que por maior que seja o amor ao esporte, é impossível suportar temporadas com quase uma dezena de torneios por ano. O calendário da CBV, que ele considera exaustivo, prevê dois campeonatos regionais, dois nacionais, e uma copa nacional extra. No ano que vem,

além destes, serão disputados o Campeonato Sul-Americano de Seleções e de Clubes e ainda os Jogos Panamericanos. No início deste mês, cinco dias após os jogadores desembarcarem de volta da França, onde disputaram o mundial de seleções, já pelejavam no Campeonato Estadual de São Paulo, sem que houvesse tempo sequer para descalçar o tênis.

DESGASTE FÍSICO

Os preparadores físicos também reclamam. Um mínimo de quinze dias de intervalo entre cada competição é o que eles querem para a recuperação do desgaste físico e psicológico, que é muito acentuado no vôlei, onde se joga praticamente dia sim dia não, e as partidas têm quase sempre duração média de duas horas.

A mesma Pirelli paga o preço da superutilização dos seus jogadores. Tampa, Renan e Amauri desfalcam a equipe no início do campeonato paulista. E o técnico Brumöri teme não recuperar o título brasileiro por problemas de contusão. Aliás, o Minas Tênis ganhou o bicampeonato brasileiro justamente enfrentando a Pirelli, que estava com parte de seu time entregue ao departamento médico.

O futebol é o triste exemplo de como o profissionalismo voraz destrói a qualidade mesmo do esporte praticado com todos os recursos e caprichos da boa técnica. O vôlei, para desgosto dos admiradores e amantes do esporte, pôs o primeiro pé na mesma corda bamba. Com tanta gente empurrando o equilíbrio, facilmente ele voltará atrás. (Jessé Madureira)

Milan Kundera, um escritor tcheco, está na moda. Seus livros são um fenômeno no mercado editorial brasileiro. "Risíveis amores" vendeu 120 mil exemplares. "A brincadeira", 60 mil. Mas seu maior sucesso é "A insustentável leveza do ser", que vendeu mais de 300 mil exemplares - colocado, inclusive, nas bancas de revista. Qual a mensagem desse autor?

"Kundera é uma imposição da direita", afirmou certa vez o romancista brasileiro Marcos Rey (autor de "Memórias de um gigolô", que a Globo transformou em série recentemente). E ele tem razão. Um correr de olhos em "A insustentável leveza do ser" já demonstra que, por trás da filosofia de almanaque e das frases de efeito, o autor quer mesmo é destilar o velho anticomunismo. Para isso vale-se da adulteração de fatos históricos e de um raciocínio rasteiro, que chega a comparar o nazismo com o socialismo e Hitler com Stálin.

O drama dos personagens de "A insustentável..." tem como pano de fundo a invasão da Tcheco-Eslováquia pelos russos, em 20 de agosto de 1968. Mas, ao contrário dos grandes romances, onde uma profunda avaliação da realidade concreta é demonstrada em obras como "A comédia humana", de Balzac, ou "Guerra e Paz" de Tolstói, a literatura de Kundera fica na superfície. Com ela, não entendemos melhor o que ocorreu na Tcheco-Eslováquia. Pelo contrário, a confusão aumenta.

Kundera começa sua adulteração ao apresentar uma linha de continuidade entre o que era a União Soviética socialista e a posterior, liderada por Krushchev, social-imperialista. E confunde também o Estado socialista com o Estado

policial-militar que imperou na URSS e na própria Tcheco-Eslováquia após a invasão. Por outro lado, o autor omite a ação contra-revolucionária no país. A CIA havia se aproveitado da degenerescência do regime tcheco para multiplicar a ação de seus agentes na região. Kundera faz vista grossa a esses fatos em seu romance. No entanto, com uma "ingenuidade" digna de contos da carochinha, o autor estampa um retrato do presidente norte-americano, John F. Kennedy, na parede do quarto de um personagem, como se fosse o chefe do imperialismo norte-americano a personificação dos ideais de liberdade. E ainda dedica um capítulo todinho às belezas da vida em Nova Iorque - meca do "mundo livre" no mais puro jargão da Casa Branca - contrapondo-o às perseguições políticas em Praga.

Se do ponto de vista histórico as barbaridades se multiplicam, do ponto de vista da construção de personagens a pobreza também é grande. Os agoniados seres apresentados por Kundera não acrescentam nada à compreensão da alma humana. Suas reflexões - um desfilar interminável de citações de Nietzsche, Parmênides, metáforas, referências bíblicas e literárias - não conseguem voar mais alto do que um bate-papo de fim de noite de intelectuais num botequim.

Mas pior que tudo é a saída que Kundera apresenta para as situações que descreve. Vazio de idéias novas, não encontra refúgio fora do "eu" existencialista. Diante de uma realidade que os oprime, seus personagens auto-exilam-se em outros países ou no próprio interior da Tcheco-Eslováquia. Ficam à espera de uma catástrofe qualquer que dê fim às suas vidas. Ou refugiam-se na religião. Diante da tragédia de seu país - invadido por uma superpotência imperialista -, Kundera tem os olhos voltados para o pas-



sado - a alternativa da outra superpotência, os Estados Unidos, ou a fuga para o "eu" existencialista ou religioso. Seu anticomunismo raivoso impede-o de vislumbrar o novo, a construção de uma sociedade realmente socialista em contraposição à traição impetrada pelos revisionistas ao Estado operário.

Mas Kundera encontra a recompensa para suas idéias reacionárias. Sua obra foi premiada nos Estados Unidos e em Israel. Kundera consegue agradar o "mundo ocidental e

livre" destilando a desilusão em relação à luta revolucionária. Numa de suas decolagens filosóficas rasteiras, ele escreve: "O romance não é uma confissão do autor, mas uma exploração do que é a vida humana, na armadilha em que se transformou o mundo". Vítima da armadilha de seu anticomunismo, que o impede de retratar a vida no mundo, o autor de "A insustentável leveza do ser" pode conseguir realizar risíveis brincadeiras metafísicas. Mas está longe de gerar uma obra de arte. (Carlos Pompe)



Estude o marxismo-leninismo

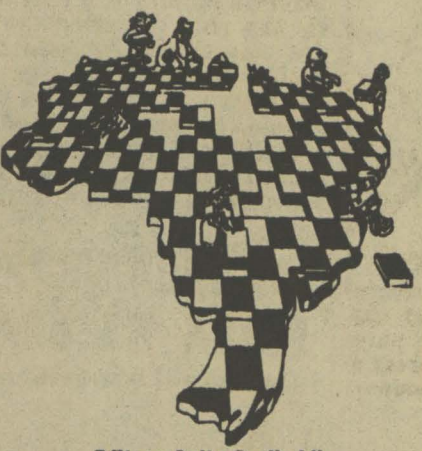
STÁLIN

- Problemas econômicos do socialismo na URSS 20,00
- O marxismo e o problema nacional e colonial 35,00
- Materialismo histórico e dialético 16,00
- Fundamentos do leninismo 31,00
- PCdoB
- Constituinte - propostas do PCdoB 20,00

- O revisionismo chinês de Mao Tsetung (J. Amazonas) 10,00
- O trotsquismo, corrente política contra-revolucionária (J. Amazonas) 2,00
- Itinerário de lutas do PCdoB (H. Lima) 10,00
- Albânia, horizonte vermelho nos Bálcãs (L. Manfredini) . 80,00
- PCB/PCdoB - dois caminhos opostos (R. Lustosa) 2,00

Pedidos com o envio de cheque nominal no valor da compra para a Editora Anita Garibaldi, Av. Brig. Luís Antônio, 1.511, CEP 01317, São Paulo.

CONSTITUINTE: PROPOSTAS DO PCdoB



Editora Anita Garibaldi

APENAS C\$ 20,00

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237.6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camacari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.

Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Centenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600.

Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - Jazzeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060.

Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barra - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.

Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112. Edifício Aguiar, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 585 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000.

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7961. CEP 80000.

Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUÍ - Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000.

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59900.

RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores, 26, 2º andar, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Borano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9035 - CEP 20000. Niterói: Av. Amador Bueno, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Arvedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.

SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up e Fotolito, Litografia Fotolito Ltda. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

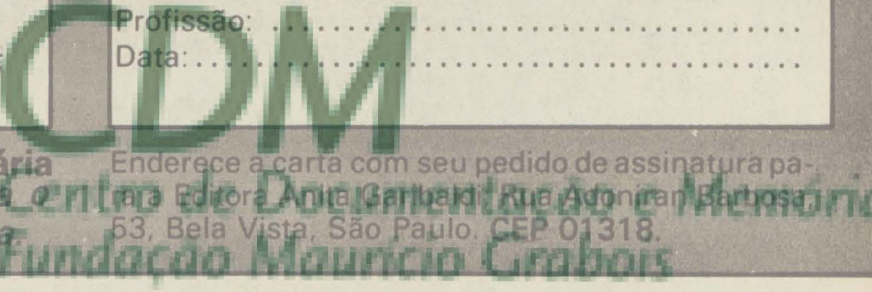


Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Anual (52 edições) ☐ C\$ 260,00
- Anual popular (52 edições) ☐ C\$ 130,00
- Semestral (26 edições) ☐ C\$ 130,00
- Semestral popular (26 edições) ☐ C\$ 65,00
- Trimestral (13 edições) ☐ C\$ 33,00
- Anual para o exterior (dólares) ☐ US\$ 70

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: CEP:
Estado:
Profissão:
Data:

Endereço a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi, Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.



Saúde na fábrica, caso grave

De 1º a 5 de dezembro será realizada em Brasília a I Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores, visando traçar uma nova política sanitária para o país que integre os diversos órgãos da área. Para preparar o evento estão sendo realizadas pré-conferências estaduais, como a ocorrida em São Paulo de 16 a 18 de outubro.

Discuti saúde do trabalhador no Brasil é mexer em caixa de marimbondo. Como afirma a tese para que serviu de base para debate na pré-conferência em São Paulo, "na sociedade brasileira a organização do trabalho está baseada na salvaguarda da produtividade, em função do capital. Por essa razão o trabalho e a saúde estão em contradição".

De fato, quando se trata de introduzir novos métodos de trabalho, o que interessa ao patronato é a produtividade e não a melhoria das condições de trabalho. Particularmente nos últimos 21 anos essa situação agravou-se. Na década de 70, com o crescimento da economia, o arrocho salarial, a repressão aos movimentos sociais e políticos, o Brasil recebeu o trágico troféu de campeão mundial de acidentes do trabalho, com quase dois milhões de acidentes em 1975.

A instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a migração crescente de assalariados rurais e camponeses para a cidade contribuíam decisivamente para aumentar a rotatividade da mão-de-obra e facilitaram a substituição dos mutilados no serviço ou afetados por doenças profissionais. Com o fim da estabilidade por tempo de serviço as empresas deixaram de ser responsáveis por seus empregados. Ficar doente passou a ser um passaporte para o desemprego.

Por outro lado, as firmas também se desobrigaram de assinalar os acidentes de trabalho e doenças profissionais, na medida em que o trabalhador afetado perdia o vínculo empregatício. Isto significa que mesmo o assalariado com de 2 milhões de acidentados em 1975 não refletiu a realidade. Quanto às doenças profissionais, praticamente inexistiam dados a respeito. Basta dizer que em média eram assinalados no Brasil cerca de 3 mil casos de doenças ocupacionais. Após o início de seu atendimento no Centro de Saúde do Estado, em Cubatão, e a procura destes dados pela Secretaria de Saúde, foram registrados 983 casos de enfermidades profissionais somente na cidade de Cubatão em apenas 10 meses. Em Salto foram levantados 171 casos de

pneumoconiose (infiltração do pulmão por poeira) em dois anos, sendo que em 1984 foi assinalada somente um caso de doença profissional. Em Bauru a Secretaria de Saúde notificou 150 casos de saturnismo (intoxicação por chumbo) em 18 meses...

Debater saúde do trabalhador é como aticar marimbondo

Depois de 1975 os dados sobre acidentes de trabalho caíram subitamente, como num passe de mágica. O governo militar estava incomodado com os dados, mesmo subestimados e encontrou um jeito de "reduzir" os acidentes: só podiam ser registrados aqueles que ocorressem com trabalhadores segurados. Como muitas empresas deixaram de registrar seus empregados devido à rotatividade, o número caiu. No entanto, apesar de aparentemente ocorrer uma redução do número de mortes e casos de incapacidade causados por acidentes de trabalho, cresceu, mesmo nos dados "oficiais".

As doenças profissionais também foram "expurgadas" das estatísticas. Simplesmente diversas enfermidades deixaram de ser consideradas profissionais, também por decisão dos militares.

Segundo o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho, Diesat, em São Paulo, onde ocorrem 40% dos acidentes de trabalho, em 1971, de cada 2 mil trabalhadores acidentados um se aposentava por invalidez e cerca de quatro morriam; em 1982, ainda de acordo com as "contas" do regime autoritário, este quadro se alterou passando a serem nove trabalhadores que se aposentavam por invalidez e mais de sete que morriam, em cada 2 mil registrados.

Entre 1973 e 1977 a média de dias de permanência dos pacientes do Centro de Reabilitação Profissional do INPS no Estado passou de 79 para 94 dias e o



Foto do cartaz da pré-conferência de saúde do trabalhador, que será usado em Brasília: mineiro de Criciúma, Santa Catarina, onde 80% dos trabalhadores têm pneumoconiose; ao lado, operários paulistas discutem sua saúde

número dos que voltaram ao trabalho após a reabilitação caiu de 74% para 44%! Ou seja, acidentes de maior gravidade aumentaram. De 1970 a 1979 foram notificados mais de 14 milhões de acidentes com afastamento do trabalho, mais de 500 mil com incapacidade permanente de algum grau e cerca de 30 mil mortes por acidentes de trabalho.

Quem procura acha; Alda descobriu doenças e acidentes

Em decorrência das falcaturas com os índices de acidentes de trabalho, ainda não se sabe hoje qual seu número preciso. O mesmo ocorre com as doenças profissionais. Principalmente levando-se em conta que não existem praticamente dados quanto à situação dos trabalhadores rurais expostos aos agrotóxicos, e também que os convênios e outros órgãos de "assistência" ao trabalhador, particularmente os privados, não se dão ao trabalho de registrá-los.



A secretária do Trabalho, Alda Marco Antônio, numa blitz na Cristaleria Kennedy



Foto: Alton S. Leite

Como diz o ditado popular, "quem procura acha". A atual secretária do Trabalho do Estado de São Paulo, Alda Marco Antônio, que o diga. Em diversas blitz que realizou em empresas constatou irregularidades de todos os gêneros: emprego de menores (inclusive menores de 10 anos), falta de carteira assinada, ambientes insalubres, lembrando verdadeiras catacumbas; trabalho semi-escravo, doenças profissionais graves, inclusive deformantes e fatais, e assim por diante.

A campanha eleitoral no Estado também contribuiu para trazer à tona informações estarecedoras sobre as condições de trabalho. É o caso por exemplo da Fazenda Nitro Química,

do grupo Votorantim, que empregava crianças. Muitas delas, que trabalhavam na carvoaria, ficam desde cedo com os pés deformados por serem obrigadas a pisar em carvão quente. O grupo Votorantim, que produz diversos ingredientes tóxicos, já causou morte e deformação em seus funcionários.

A Eucatex, na cidade de Salto (de propriedade do sr. Paulo Salim Maluf), também é responsável por numerosos acidentes de trabalho, inclusive com incapacitação permanente como perda de dedos, mãos ou braços pela mesma serra que provoca doenças profissionais como a surdez, além de problemas pulmonares provocados pela inalação de pó de madeira.

As empresas estatais não fogem à regra. Basta lembrar a Cosipa que, por negligência no cuidado com seus funcionários, vitimou dezenas delas com leucopenia (paralisação da produção de glóbulos brancos) devido à inalação do benzeno. Muitos deles estão condenados à morte.

Há empresas que lembram os porões do regime militar

O quadro é aterrador. A democracia não chegou às fábricas. Muitas delas se assemelham aos porões dos órgãos de repressão da ditadura. O que está mudando é o nível de consciência dos trabalhadores. A I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador é um passo nesse sentido. Mas a luta travada no cotidiano das empresas tem um importante instrumento de defesa dos trabalhadores: as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, CIPAs.

A pré-conferência de São Paulo contou com a participação de sindicatos importantes, como os metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos, Osasco, São Bernardo e Santos, Sindicato dos químicos de São Paulo, construção civil e estivadores de Santos, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, entre outros.

Houve consenso quanto à necessidade de unificação e estatização dos órgãos de saúde, bem como quanto à criação de CIPAs em todas as empresas; alteração da legislação trabalhista, no sentido de que ela proteja de fato o trabalhador; fiscalização dos ambientes de trabalho, proibição da comercialização de máquinas e produtos nocivos à saúde sem proteção contra acidentes e outras reivindicações.

A Conferência Nacional pode significar um alerta no sentido de melhorar as condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores e uma redução considerável no número de acidentes. (Olívia Rangel)



Esta menina tem cinco anos e já tem os pés deformados de pisar carvão na Fazenda Nitro Química, do grupo Votorantim; o grupo é responsável por muitas doenças profissionais graves



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois